

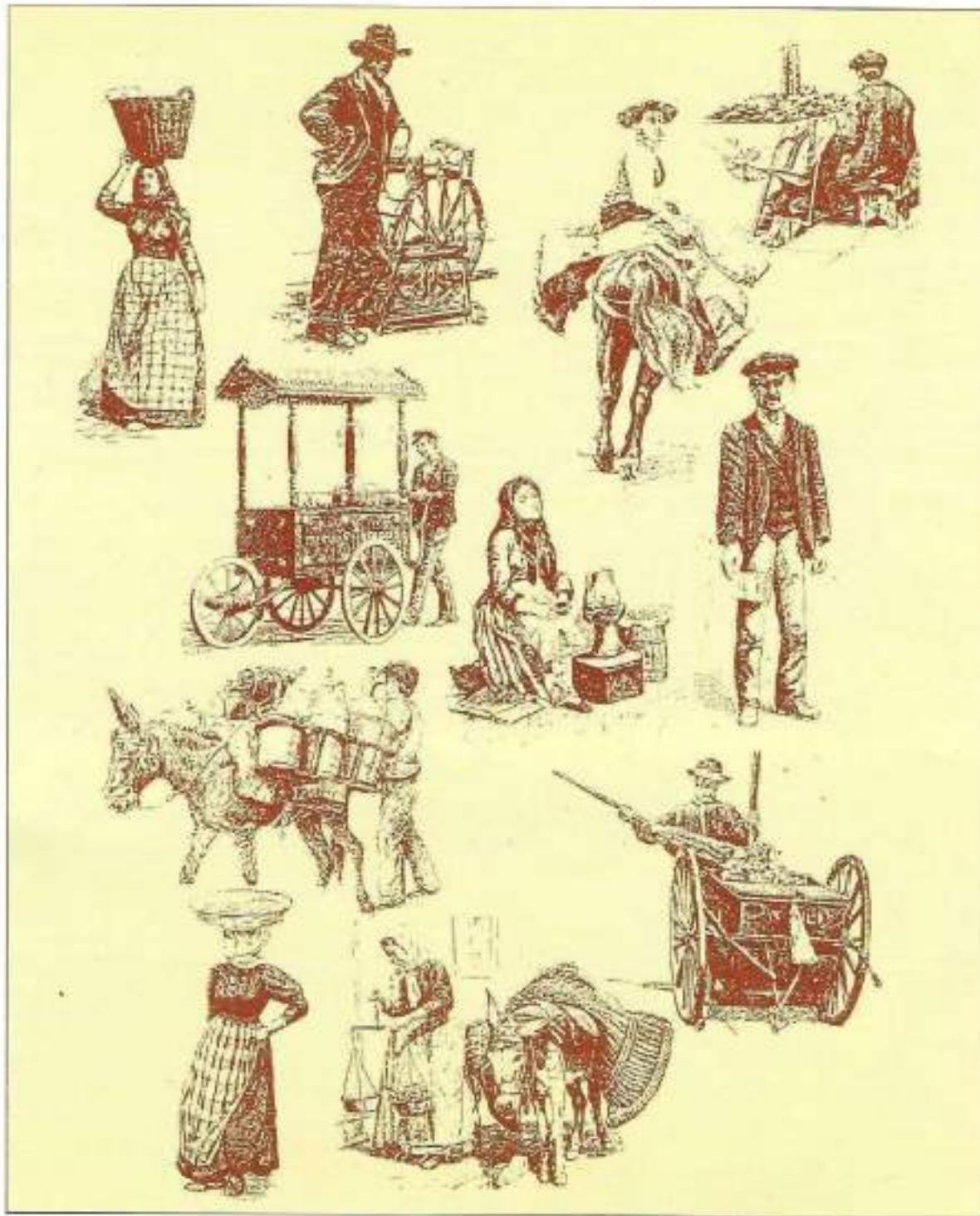
SOCIEDADE HISTÓRICA



DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL

Boletim Informativo

PUBLICAÇÃO MENSAL • ANO IX • N.º 110 • ABRIL, 1995 • PREÇO: 200\$00



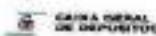
- ENCERRAMENTO DAS COMEMORAÇÕES
DO VI CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO
INFANTE D. HENRIQUE

pág. 14

Com o Alto
Patrocínio da



Apoio:



- PROFISSÕES ALFACINHAS

pág. 22

APOIO



O automóvel em Portugal

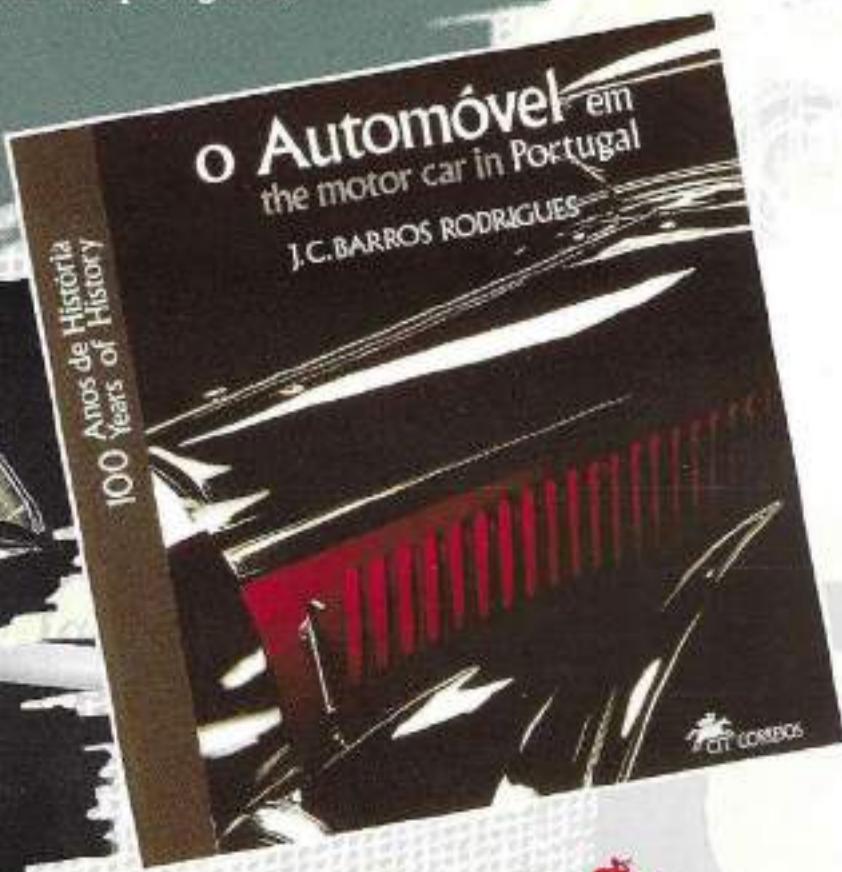
**Uma história com 100 anos
de desenvolvimento e sucesso.**

A fascinante história do automóvel no nosso país,
em mais uma edição dos CTT Correios.

Uma obra original, de leitura agradável, evocativa
das muitas histórias e peripécias que rodearam
os primeiros tempos do automóvel em Portugal.

Magnificamente ilustrada, incluindo 13 selos de al-
guns dos mais representativos exemplares da história
do automóvel, esta edição é uma excelente síntese
documental, escrita e ilustrada, da evolução dessa
máquina "barulhenta e fumeante" que para sempre
alterou a forma de viver dos portugueses.

À VENDA NOS CORREIOS



Um exclusivo do

**CLUBE DO
COLECIONADOR**


CTT CORREIOS
SERVIÇOS DE FILATELIA
Av. Casal Ribeiro, 20
1000 LISBOA



Boletim Informativo

SOCIEDADE HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL

SUMÁRIO

PONTO DE REFLEXÃO	3
NOTÍCIAS SHIP	4
ACTUALIDADE	
- ENCERRAMENTO DAS COMEMORAÇÕES DO NASCIMENTO DO INFANTE D. HENRIQUE	14
HISTÓRIA	
- COMO OS REPUBLICANOS INTERVIERAM CONTRA A TENTATIVA DE ABSORÇÃO POLÍTICA DE PORTUGAL POR D. AFONSO XIII	19
PATRIMÓNIO	
- PROFISSÕES ALFACINHAS	22
CULTURA PORTUGUESA E OUTROS TEMAS	
- ORIGEM E DESTINO DA LÍNGUA PORTUGUESA	26
GALERIA DE RETRATOS	28
O AUTOMOBILISMO	29
ICONOGRAFIA	31

CAPA:
PROFISSÕES ALFACINHAS

FICHA TÉCNICA

Direcção: General Manuel F. Themudo Barata

Conselho Editorial

Secretário: Alberto Reis

Consultor iconográfico e documental: Dr. Manuel A. Ribeiro Rodrigues

Publicidade e orientação gráfica: Jorge Rodrigues

Propriedade:

SHIP

Sede e Redacção:

Palácio da Independência,
Largo de S. Domingos, 11
1150 LISBOA

Telef.: 342 89 87 / 346 21 67

Fax: 346 01 54

Impressão:

Tipografia da ADPA
Rua Antílio da Silva (Anexo H.M.P.)
Telef.: 385 35 93 - 1000 LISBOA

Depósito Legal: 1772

ISSN 9872-2005

Tiragem média: 5.000 Ex.

Fundador: Mestre Dr. Carlos Vieira da Rocha

PONTO DE REFLEXÃO

NACIONALISMOS

Compreendem-se preocupações com nacionalismos como os que já levaram a Europa a ser origem e palco de perigosas conflagrações mundiais, por acção de hegemonismos centripetistas inspirados na geopolítica do espaço vital que tem fronteiras e soberanias como obstáculos à formação de unidades político-económicas mais viáveis e competitivas. Nacionalismos que, contudo, não podem ser confundidos com os defensivos da Inglaterra, da Dinamarca ou da Noruega, que tem refreado tentações de apressado avanço para uma Europa que, federalizada, poderá conduzir, como avisou o autor daquela mesma geopolítica, à "absorção de potências menores por potências maiores", ficando com o fermento da implosão que destruiu a ex-URSS e a ex-Iugoslávia.

Quanto a Portugal, já é tempo de recordar que foi a sua legítima aspiração à viabilização geoeconómica, geopolítica e geocultural, que o levou a afirmar-se positivamente na direcção mais livre e mais rica do mar, que acabou por fazer dele indiscutível pioneiro da chamada "aldeia global", ao aproximar raças, culturas, religiões e economias distantes, pela via dos Descobrimentos. Um serviço inestimável, universalista, que nenhum dos poderosos países da Europa conseguiu registar na sua história.

Por isso, é de reflectir no facto de, entre os portugueses que mais têm contribuído para o relaxe da vigilância e da prudência nacional – ao clamarem pelo esbater de fronteiras e por regionalismos visando, declaradamente, diminuir o poder de Lisboa e até por menos nacionalismos e menos patriotismo – estarem os que parecem mais receosos de que o País possa vir a ser surpreendido por um facto consumado quanto ao plano hidrológico de Madrid. Os mesmos que terão esquecido que a geografia, e o carácter dos povos que ela ajuda a moldar ao longo de séculos, dificilmente mudam, e que em política não há amizades, mas interesses. Dando razão à tese – que sempre defendemos – de que os principais riscos, para um país vulnerável como Portugal, podem vir afinal deste tipo de atitudes de portugueses.

Por isso ainda, é de Portugal ser por uma Comunidade Transatlântica, que a UE também diz querer, onde poderá ser mais central, mais soberano, mais ele.

12.4.95

Virgílio de Carvalho

FLORBELA ESPANCA, Na Voz da Dr.^a Manuela Silveira Machado

Em 23 do mês de Março, conforme fora anunciado, realizou-se na SHIP este recital de poesia, intitulado "36 anos – 36 sonetos", constituído por poemas de Florbela Espanca. Foi autora e intérprete a Dr.^a Maria Manuela Coelho da Silveira Machado, professora efectiva do Instituto de Odivelas e possuidora de imenso currículo nos campos do teatro, rádio, música, poesia, etc., possuindo vários cursos do Conservatório Nacional de Lisboa e em Londres.

O encanto produzido por este recital deixou-nos pesarosos, por durar tão pouco. Os escassos 40 minutos deixaram-nos com "água na boca", como se diz, na esperança de mais. A movimentação cénica da artista é declamadora, tão natural como se estivesse em sua casa, sózinha, o encadeamento dos sonetos ditos como se constituíssem um texto único, provocaram uma extraordinária reacção no público que encheu a sala, aplaudindo no final, durante longo tempo, a intérprete.

A fechar, o nosso Presidente General Thérnado Barata fez o agradecimento público à Dr.^a Maria Manuela Machado felicitando-a pela sua brilhante actuação e por ter acedido a mostrar aos associados da SHIP a sua extraordinária arte.

VISITA A PORTALEGRE

No n.^o anterior deste Boletim demos conta da nossa intenção de repetirmos a visita que há 8 anos atrás efectuámos a Portalegre. Nessa altura visitámos a Fábrica de Tapeçarias de Portalegre e o Museu José Régio, além de termos ido, também, a Marvão.

Porém só faremos esta 2.^a visita se houver pessoas interessadas e, por isso, fizemos um apelo, naquele Boletim, no sentido de os interessados se inscreverem na Secretaria da SHIP. Aqui reiteramos o apelo visto até este momento só termos recebido algumas respostas.



VISITA A PENICHE E CALDAS DA RAINHA

Promovida pelo Núcleo Feminino realizou-se em 10 de Março a anunciada visita ao Museu Malhoa em Caldas da Rainha e à Escola de Rendas de Bilros do Lar de Santa Maria, em Peniche. Do que foi esta digressão dá-nos conta o texto abaixo:

Decorreu com êxito no passado dia 10 de Março, mais uma visita, da iniciativa do Núcleo Feminino, a Peniche e Caldas da Rainha. Os participantes, no total de 35 – na sua maioria senhoras – tiveram a oportunidade de observar o Lar-Escola de Sta. Maria com as suas rendilheiras trabalhando motivos atuais mais simples e menos onerosos.

No Museu da Fortaleza assistiram à projecção de um belíssimo vídeo sobre as

referidas rendas, chamando a atenção para a conservação desse delicado património, parte integrante da nossa Identidade, fazendo uma curiosa alusão ao Mar, à espuma das ondas e aos motivos das rendas, integradas nos usos e costumes, ao longo dos séculos.

Depois de um delicioso almoço, num Restaurante da zona, seguia-se a visita ao Museu José Malhoa, que reúne diversas colecções, sendo a primeira peça do acervo o "retrato da Rainha D. Leonor" da autoria do Mestre José Malhoa. O património deste Museu foi inicialmente constituído por doações de particulares e possui actualmente secções de Pintura, Escultura e Cerâmica, bem como de Desenho e Medalhistica, de diversos artistas.

No final da visita, ainda houve tempo para algumas senhoras comprarem a tradicional doçaria caldense.

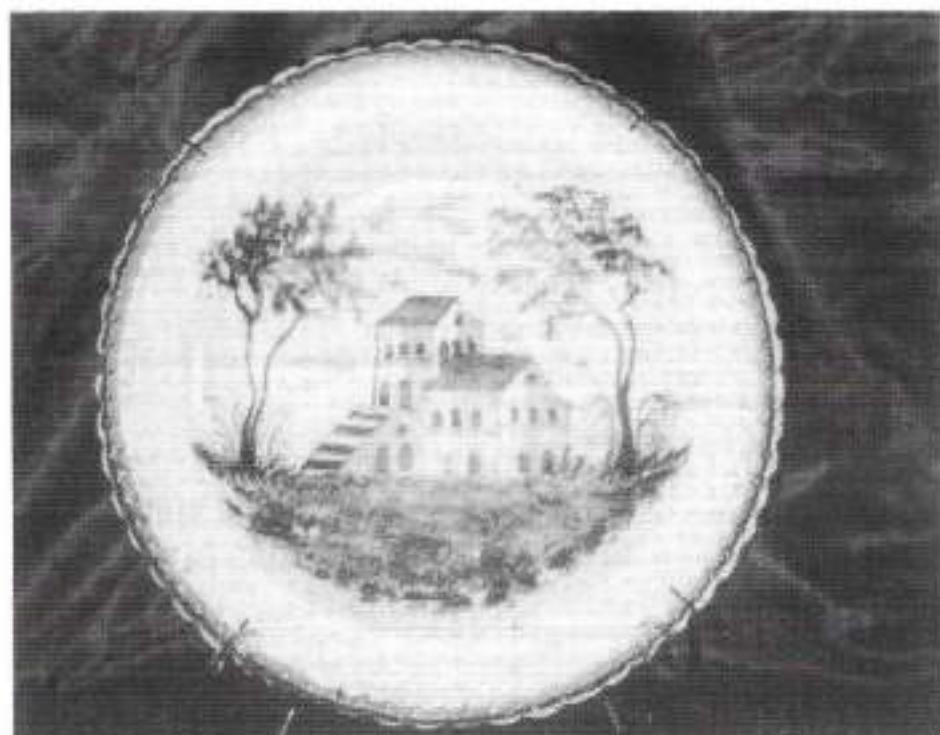
OUTRAS ACTIVIDADES DO NÚCLEO FEMININO

Conforme anunciado no número anterior deste Boletim, efectua-se no próximo dia 17 de Maio uma visita ao Paço Ducal de Vila Viçosa. E em 7 de Junho ainda o Núcleo Feminino promove uma visita, com almoço, ao Asilo de Runa. Os sócios interessados em participar nestas visitas, de ambos os sexos, deverão inscrever-se na Secretaria da SHIP, com a maior brevidade.

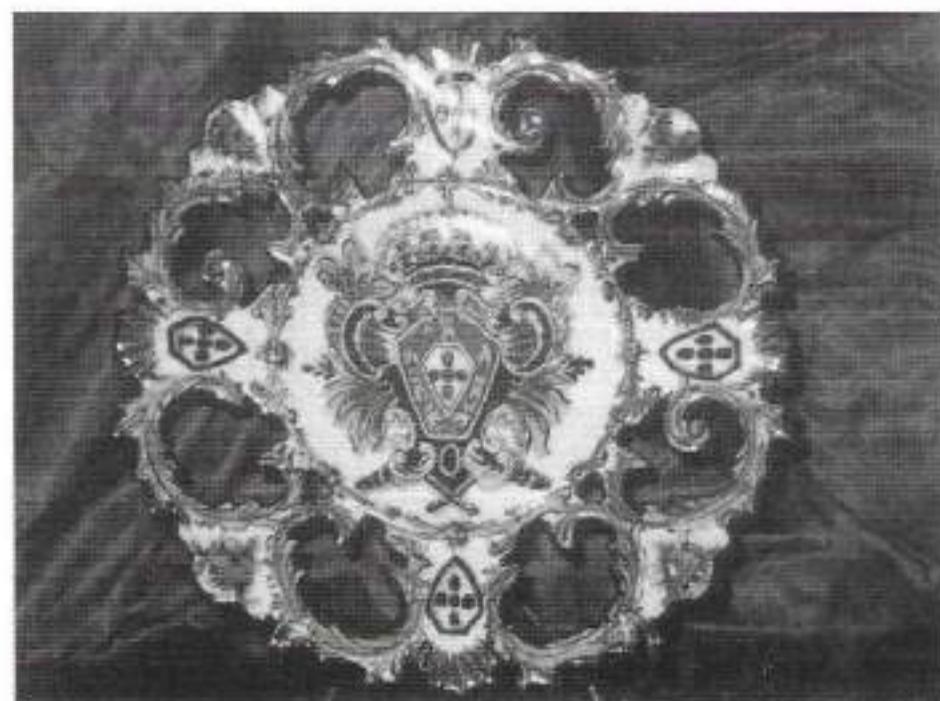
PALESTRA SOBRE "FAIANÇA PORTUGUESA DOS SÉCULOS XVIII E XIX"

Proferida pelo nosso prezado consócio Dr. Jorge Pereira Sampaio, realizou-se em 16 de Março numa das Salas do Palácio a palestra sobre o tema em epígrafe. Nesta actividade, da iniciativa do núcleo feminino, estiveram presentes bastantes sócios a maioria dos quais do sexo feminino, como era de prever. O palestrante ilustrou as suas palavras com a projecção de numerosos diapositivos a cores, de modo a dar uma mais completa informação sobre o tema.

Esta palestra, por se ter realizado às 17,30 horas de uma quinta-feira, foi integrada na série "Conversas de Fim de Tarde".



PRATO JOSÉ DOS REIS (Col. J.P.S.)



PRATO VESTAL (Col. J.P.S.)



**TIPOGRAFIA
DA ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS**

Executa:

*Livros, Brochuras, Cadernos, Desdobráveis, Cartazes,
Envelopes, Cartas, Facturas, Recibos, etc., etc., etc.*

FOTOCOMPOSIÇÃO
TIPOGRAFIA
OFFSET
MONTAGEM
IMPRESSÃO
ENCADERNAÇÃO

* *
HA MAIS
DE 20 ANOS
QUE LHE DAMOS
UMA MELHOR
IMPRESSÃO
* *

REUNIÃO DO CONSELHO SUPREMO

Em 10 de Março p.p. e de acordo com a Convocatória publicada no Boletim do mês passado, reuniu o Conselho Supremo da SHIP, para apreciar os assuntos constantes da Agenda de Trabalhos.

Estiveram presentes 16 Conselheiros, que intervieram empenhadamente nos diversos assuntos discutidos, nomeadamente na problemática dos jovens e modo de conseguir a sua integração nas diversas actividades da SHIP. Os Senhores Conselheiros que usaram da palavra, além de elogarem a acção



Mesa do Conselho Supremo, da esq. p. o drº Sr. Alberto Reis; General Barroso Machado; Coronel Engº Álvaro Sando Lemos (Presidente); Mestre Carlos Vieira da Rocha e General Théodore Barros.



O Conselheiro Engº Paulo Vazinha no seu discurso.

levada a cabo pela actual Direcção, ofereceram-se para colaborar nesta área da juventude, pondo à disposição da SHIP a sua experiência actual com grupos de jovens que também dinamizam. E entendem ser urgente preparar grupos de jovens para irem às escolas ensinar a História de Portugal.

O Sr. Presidente do Conselho Supremo dissertou depois, longamente, sobre aquilo que é genuinamente português, desde variedades de rochas (foiaíte e

Monchique, p. ex.) que só existem no nosso País, até aos vegetais, incluindo uma planta carnívora, e frutas (pêro Esmolfe, pera Rocha, laranja de Senhora) e animais, referindo a existência de 34 espécies diferentes e variedades diversas, citando especialmente o Cavalo Lusitano, o Garrano Português, o cavalo de Sorraia e 10 raças diferentes de cães.

A reunião foi considerada de muito proveito por todos os presentes.

ACTIVIDADES DA SHIP, PROGRAMADAS PARA ABRIL CORRENTE

1 - Curso de Cultura Portuguesa

Nos dias 4, 6 e 27, conforme programa publicado no Boletim de Março p.p.

2 - Conversas de Fim de Tarde

Nos dias 6, 13, 20 e 27

3 - Concertos

No dia 24/4, por um conjunto de Música de Câmara da Orquestra Metropolitana de Lisboa;

No dia 28, pelo Coro do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

4 - Assembleia Geral da SHIP

Em 28, para discussão, aprovação e parecer do Conselho Fiscal do Relatório e Contas da SHIP referente a 1994.

EXPOSIÇÃO



A inauguração da exposição realizada no Dr.º Sr. Tenente-coronel Carlos Vicente Alves.

Na Galeria de exposições da SHIP, no Piso 0 do Palácio, esteve aberta ao público de 20 de Março a 2 de Abril, uma amostra de trabalhos dos nossos associados João Alexandre e Ten. Coronel Carlos Alberto Guerreiro Vicente. João Alexandre exibiu, de sua autoria, pinturas, esculturas e pirogravuras, e o Tenente Coronel Carlos Vicente, como exímio miniaturista, apresentou 96 miniaturas sobre a "Vida de Cristo", feitas com o maior rigor, divididas em 16 minúsculos painéis. As fotografias documentam melhor este evento.



Um aspecto da Exposição de Artes Plásticas e Miniaturas.



A expositora expondo coleção de miniaturas, representando diversos festejos da vida de Cristo.

AGRADECIMENTO DE LIVROS

Continuamos, felizmente, a receber a oferta de livros e outras publicações destinadas à nossa Biblioteca. A seguir damos relação deles, agradecendo penhorados a todos os ofertantes.

Do Instituto de Altos Estudos Militares:

Obra: Boletim n.º 33 de Fevereiro de 1995

Da Exma. Sra. Dra. Maria Leonor de Barros:

Obra: "Uma Transmontana de Coração"

Autor: A ofertante

Da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses:

Obra: Revista "Oceanos" n.º 19/20

Do Exmo. Sr. Eduardo Quinhones:

Obra: 1640 – Drama em 4 actos
Autor: Afrâncio Peixoto

Obra: Vila Viçosa - Peça em 3
jornadas (fotocópia)
Autor: Vasco Mendonça Alves

Do Exmo. Sr. Dr. João Paulo Oliveira e Costa:

Obra: O papel de Portugal nos séculos
XV-XVI

Autor: Vitorino Magalhães Godinho

Obra: O Padrão dos Descobrimentos:

Roteiro para visita de estudo

Autores: Nuno Campos e Isabel
Carneiro

Do Sr. Eng.^o Armando da Palma Carlos

Título: – 125 Anos da aplicação do
Art.^o 26 do Tratado de
Limites entre Portugal e
Espanha celebrado em
29/9/1864.

Autor: o Ofertante

Do Sr. Dr. Fausto Moraes

– A 2.ª Guerra Mundial / Div. Autores
– Crónica de La Guerra Espanola/
Div. autores

ASSEMBLEIA-GERAL DA SHIP

No Boletim de Março p.p., por gralha
indesculpável, o anúncio da Assembleia
Geral da SHIP saiu errado. Assim, a

Assembleia-Geral realiza-se a 28 de
Abril e não a 29, como foi publicado. Por
esse motivo novamente reproduzimos
aquele anúncio, agora devidamente
corrigido. Do facto, pedimos desculpa
aos nossos associados.



ASSEMBLEIA GERAL

CONVOCATÓRIA

Conveço a Assembleia Geral para se reunir em sessão ordinária nos termos do Artigo 18.^o do Estatuto e de acordo com o Artigo 20.^o - I - h) e para efeitos do n.º 3 do Artigo 16.^o, na Sede da Sociedade, no Palácio da Independência, Largo de São Domingos, 11, em Lisboa, no dia 28 de Abril de 1995 pelas dezasseis horas, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1 – Apreciação e discussão do Relatório e Contas referentes ao ano de 1994 e Parecer do Conselho Fiscal.

Não havendo "quorum" à hora fixada, fica desde já convocada a Assembleia Geral para se reunir no mesmo dia e local, com a mesma Ordem de Trabalhos, em 2.a convocação, pelas dezoito horas.

Lisboa e Sede da S.H.I.P., 14 de Março de 1995

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

TOMÁS JOSÉ BASTO MACHADO
GENERAL

AS ACTIVIDADES DA S.H.I.P. TÊM O APOIO DOS SEUS SÓCIOS EXTRAORDINÁRIOS

- ANA - AEROPORTOS E
NAVEGAÇÃO AÉREA, EP.
- BANCO ESPÍRITO SANTO E
COMERCIAL DE LISBOA
- BANCO TOTTA & AÇORES
- BERGANA, GOMES & ALONSO, LDA
- CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
- COLEÇÕES PHILAE, S.A.
- COMPANHIA PORTUGUESA
RÁDIO MARCONI, S.A.
- COMPANHIA DE SEGUROS
IMPERIO, S.A.
- CPP - COMPANHIA GERAL DE CRÉDITO
PREDIAL PORTUGUÊS—GRUPO TOTTA
- CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
- EID - EMPRESA DE INVESTIGAÇÃO E

DESENVOLVIMENTO DA ELECTRÓNICA, S.A.

- EPAC - EMPRESA PARA AGRO-
ALIMENTAÇÃO E CEREALIS, S.A.
- EPAL
- FOC ESCOLAR - MOBILIÁRIO E
EQUIPAMENTO PARA ESCOLAS, S.A.
- FLAD - FUNDAÇÃO LUSO-AMERICANA
PARA O DESENVOLVIMENTO
- FUNDAÇÃO MACAU
- FUNDAÇÃO ORIENTE
- IMPRENSA NACIONAL - CASA
DA MOEDA, EP.
- INETI - INSTITUTO NACIONAL DE
ENGENHARIA E TECNOLOGIA
INDUSTRIAL
- OGMA - INDÚSTRIA
AERONÁUTICA DE PORTUGAL
- SACOR MARÍTIMA, S.A.
- V. A. GRUPO-VISTA ALEGRE
PARTICIPAÇÕES S.A.

Para Maio estão já calendarizadas as seguintes "Conversas":

4/05/94 pelo Major Vítor Ferreira – A
Brigada aero-transportada

11/05/94 pelo Eng.^o Armando da
Palma Carlos – Evocação do Eng.^o Trigo
de Moraes

VIAGEM A CABO VERDE

Foi magnifica esta visita da SHIP. Estiveram inscritos mais de 30 associados e familiares mas à última hora, por razões diversas, foram desistindo reduzindo-se o grupo apenas a 21 pessoas o que, no final, foi utilíssimo: fez-se uma viagem calmíssima, em autocarros de 22 ou 23 lugares, possibilitando uma maior convivência entre os participantes e solidificando amizades, quase impossíveis de conseguir em grupos numerosos.

Os viajantes regressaram satisfeitos. Percorrem-se S. Vicente, Santo Antão, Santiago e Sal. Viu-se a

paisagem quase apocalíptica destas ilhas vulcânicas, despidas de vegetação, excepto em Santo Antão e parte de Santiago, onde há grandes extensões de terras cultivadas e de vegetação abundante; em Santiago notou-se um grande trabalho de florestação por toda a ilha, na tentativa de fixação de terras para obstar à erosão provocada por declives inimagináveis. Mas também vimos as cidades, o Arquivo Histórico Nacional de Cabo Verde e a obra que ali se está a fazer com a ajuda de alguns países como a França e a Alemanha. Estivemos na célebre e badalada prisão do Tarrafal, minuciosamente percorrida, ciceronados por um guarda local que, além de nos contar como era a vida naquela prisão,

também impingiu algumas (grandes) mentiras, certamente instruído nesse sentido, para dar uma nota de "terror" (o que ele não sabia, nem a maioria dos nossos companheiros de viagem, é que entre nós estava um oficial do exército e sua mulher — ao tempo recém casados —, que ali prestou serviço durante 4 anos e, portanto, viveu aquilo "por dentro", desmentindo formalmente essas afirmações).

Mas também o nosso grupo aproveitou bem as praias. Os tempos livres — e foram bastantes — foram passados a desfrutar as magníficas praias de Cabo Verde, a temperatura elevada mas sempre amenizada pelos ventos aliseos e as águas transparentes, limpidas, quase sem ondas, permitindo banhos prolongados nas águas sempre mornas. E nas piscinas dos hotéis, preferidas por muitos.

Povo alegre, de magros recursos, gente resignada e adaptada às condições adversas do solo, tem uma música belíssima que, na nossa opinião, espelha bem a sua índole. E a agressividade que aqui, em Portugal, se manifesta nos Caboverdianos, julgamos ser apenas o fruto de dificuldades financeiras por falta de trabalho, de condições de habitação, de "doença" da civilização em que foram inseridos.

Ficámos com óptima recordação de Cabo Verde. Onde a vida ainda tem a calma, a lentidão necessária a quem sofre do frenesi do excesso de civilização. Onde se pode recuperar rapidamente do "STRESS". Já temos saudades de tudo o que vivemos e sentimos naquele País. E só se não for possível, é que não voltaremos!



Igreja Matriz - Chão da Praia - Santiago

VIAGEM A PÁDUA

Como é do conhecimento de todos os sócios da SHIP comemora-se este ano o VII Centenário do Nascimento de Santo António. A efeméride é comemorada com o maior brilho possível tanto em Lisboa como em Pádua, de acordo com os programas elaborados oportunamente e que a SHIP divulgou nos seus Boletins.

A fim de proporcionar aos nossos sócios o conhecimento do local onde se encontram os restos mortais de Santo António, na Basílica erguida em sua honra na cidade italiana de Pádua, a Sociedade Histórica organizou uma visita àquela Basílica, de 13/6 a 21/6, conforme programa abaixo publicado.

Como poderão verificar não permanecemos todo o tempo em Pádua. Aproveitamos a estada em Itália e iremos visitar também Veneza, Pisa, Siena, Florença e Milão.

O preço da viagem é, quanto a nós, bastante convidativo. E dado que na data escolhida se espera grande afluxo de turistas, na ordem dos muitos milhares, devemos congratular-nos por conseguirmos hotel no centro da cidade de Pádua, o que, segundo julgamos saber, é extremamente difícil.

A SHIP está a cuidar de conseguir uma recepção na Câmara Municipal de Pádua, bem como uma zona reservada na Basílica para o grupo da SHIP numa das inúmeras cerimónias religiosas.

18/6 6.º DIA - DIA INTEIRO EM FLORENÇA

19/6 7.º DIA - FLORENÇA/PISA (93 Km)
ALOJAMENTO EM FLORENÇA. EXCURSÃO DE MEIO DIA A SIENA

20/6 8.º DIA - FLORENÇA/MILÃO
(± 300 Km) ALOJAMENTO EM MILÃO.
EXCURSÃO DE MEIO DIA À CIDADE DE MILÃO

21/6 9.º DIA - MILÃO/LISBOA (Avião)

O PREÇO INCLUI:

- Passagem de Avião Lisboa/Milão/Lisboa
- Alojamento em Hotéis de 4 estrelas, durante 8 noites em Regime de Pensão Completa
- Transfers dos Aeroportos aos Hotéis e vice-versa
- Autocarro privado durante toda a Viagem
- Meio dia de Visita a Pádua
- Dia inteiro de Excursão a Veneza
- Dia inteiro em Florença
- Meio dia de Visita a Siena e Pisa
- Meio dia de Visita a Milão
- Entradas para Visitas de Monumentos em Florença
- Acompanhamento por um Delegado da Agência durante toda a Viagem
- Taxas de Aeroportos

HOTÉIS**PADOVA - HOTEL PLAZA ********FLORENÇA - HOTEL NORD
FLORENÇA *********MILÃO - STARHOTEL
SPLENDIDO ******

ITINERÁRIO DEFINITIVO
13.06 A 21.06
1995

13/6 1.º DIA - LISBOA/MILÃO (Avião)
MILÃO/PÁDUA (255 Km)
ALOJAMENTO EM PÁDUA

14/6 2.º DIA - DE MANHÃ VISITA DA
CIDADE DE PÁDUA
TARDE LIVRE

15/6 3.º DIA - DIA LIVRE EM PÁDUA

16/6 4.º DIA - EXCURSÃO DE DIA
INTEIRO A VENEZA
(32 Km)

17/6 5.º DIA - PÁDUA/FLORENÇA
(235 Km) ALOJAMENTO
EM FLORENÇA

**LANÇAMENTO DO LIVRO
SOBRE S. JOÃO DE DEUS**

No dia 31 de Março, no nosso Salão Nobre e a anteceder o Concerto pelo Coro de Montemor-o-Novo, procedeu-se ao lançamento de um livro sobre S. João de Deus, intitulado "S. João de Deus um Herói Português do Século XVI", da autoria de Raquel Jardim de

**S. JOÃO DE DEUS**

Cópia do quadro de Alonso Coello,
que consegue o Santo.

Castro, Condessa de Nova Goa. O volume publicado pela editora Rei dos Livros, é profusamente ilustrado, é uma 3.ª edição, revista e actualizada pelo Dr. Manuel Ferreira da Silva que também a prefaciou. Patrocinada pela Fundação António de Almeida - Porto, esta nova edição destina-se a comemorar o V Centenário do Nascimento do Santo, no encerramento das Comemorações das Ordens Hospitalícias.

*O Dr. Ferreira da Silva no seu discurso*

Ao lançamento do livro acorreu numeroso público que, depois, ficou para o Concerto. É isto porque o Grupo Coral que actuou era de Montemor-o-Novo, terra da naturalidade de S. João de Deus. Não foi por acaso, portanto, que os dois actos se juntaram mas sim, deliberadamente, se complementaram.

Os irmãos hospitalícios ofereceram à SHIP, na oportunidade, um exemplar do livro em questão, bem como uma linda imagem policromada de S. João de Deus.

A SHIP regista aqui, com gratidão, estas 2 ofertas.

Raquel Jardim de Castro
Condessa de Nova Goa

São João de Deus**UM HERÓI PORTUGUÊS
DO
SÉCULO XVI**

Prólogo à Terceira Edição

Nas Comemorações das Ordens Hospitalícias em Quinhentos Anos (1500-1995),
com V Centenário do Nascimento de S. JOÃO DE DEUS
(1495-1995).

MANUEL FERREIRA DA SILVA
do Instituto Histórico e Cultural de Portugal

**Recordação dos 50 anos****de****Profissão Religiosa****do****Ir. GASPAR PINTO DE SOUSA**

13.08.1944 • TELHAL • 13.08.1994

O homem só é grande e tem valor quando, prostrado aos pés daquele de quem tudo depende, o reconhece como seu Deus e Senhor e lhe presta homenagem na adoração que lhe rende.

h. Gaspar*Aspecto da cerimónia*



*Sociedade Histórica
da
Independência de Portugal*

134.^º ANIVERSÁRIO – 1861 / 1995

CONVITE

A Direcção Central tem o prazer de convidar os Exmos. Sócios, seus Familiares e Amigos, para celebrações da passagem de mais um aniversário, que se realizarão conforme o programa que se segue:

« DIA DA S.H.I.P. »

24 de Maio de 1995 (4.^a feira)

17h00 – Sessão Solene Comemorativa do 134.^º Aniversário da Sociedade, no "Salão Nobre" do Palácio da Independência;

- Discurso de abertura, pelo Presidente da Direcção da SHIP;
- Distribuição dos prémios aos jovens vencedores das provas desportivas;
- Proclamação dos vencedores do Concurso de Monografias "Santo António / D. João II" e entrega dos respectivos prémios;
- Entrega de Diplomas a dois dos novos sócios Extraordinários;
- Atribuição dos Prémios Culturais 1994 e do Prémio "Aboim Sande Lemos – Identidade Portuguesa";
- Assinatura do Protocolo com o Instituto de Filosofia Luso - Brasileira;
- Encerramento, por Sua Exceléncia o Ministro da Defesa;
- Inauguração da exposição "Painéis Juvenis da História".

O MONUMENTO A S. JOÃO DE DEUS

Quem está a liderar o movimento para a construção do Monumento a S. João de Deus é a Cruz Vermelha Portuguesa. E como agora passa o V. Centenário do seu nascimento, congregaram-se esforços por parte de diversas instituições que se disponibilizaram para concretizarem as tarefas necessárias. Logo em Novembro do passado ano se juntaram com este fim representantes do Ministério da Saúde, da União das Misericórdias, da Ordem Hospitaliera de S. João de Deus, da Cruz Vermelha Portuguesa (representando também o Ministério da Defesa), da Associação das Enfermeiras Católicas, da Liga dos Bombeiros Portugueses, do Patriarcado, da Paróquia de S. João de Deus e do escultor Domingos Soares Branco.

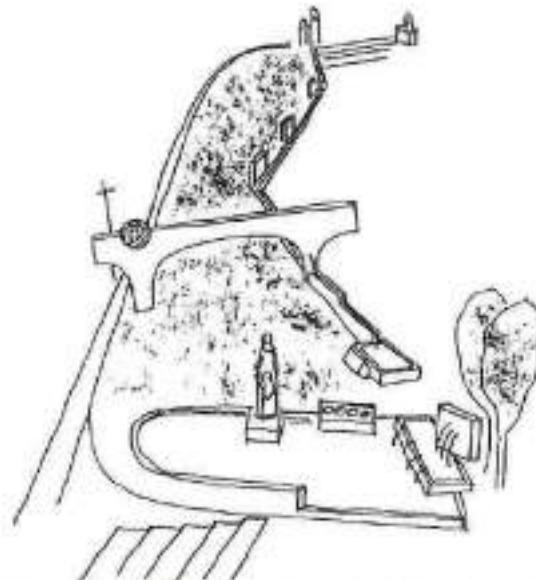
Já foi apreciada uma "Pré-Maquete" do Monumento e a Comissão acordou em pedir audiências a diversas autoridades a solicitar indispensável apoio. E também pediram o apoio da SHIP para a edificação do Monumento. Porém a Sociedade Histórica é uma instituição de

utilidade pública de fins não lucrativos, pelo que não dispõe de verbas próprias que lhe permitam dar apoio financeiro significativo.

Nestas condições, e à semelhança do que a SHIP tem feito ao longo da sua existência, foi resolvido abrir uma subscrição entre os seus associados presumindo que, entre todos, se

conseguiria uma verba adequada ao fim em vista. Será, portanto, uma genuina contribuição da SHIP, por parte das mais diversas camadas sociais que constituem os seus sócios.

Aqui fica o desafio aos nossos sócios. E ficamos a aguardar os donativos, que pontualmente serão entregues na Cruz Vermelha Portuguesa.



"AS 13 NAUS"

"O nosso prezado compatriota, Dr. António Gomes da Costa, Presidente da Federação das Associações Portuguesas e Luso-Brasileiras e, também, do Banco Itaú, no Rio de Janeiro, respondeu a um artigo de um jornalista brasileiro, de nome Fernando Pedreira, publicado num jornal de que não conseguimos saber o nome. Porque reputamos de muito interesse esse artigo de resposta, a seguir o publicamos, não apenas pela sua qualidade mas, principalmente, por demonstrar quanto acento está o Dr. Gomes da Costa ao que se escreve no Brasil sobre assuntos portugueses e da história de Portugal, não deixando fugir a oportunidade para corrigir o que incorrectamente se escreve sobre o nosso País. Eis o artigo:

"O brilhante jornalista Fernando Pedreira começou o seu artigo de domingo, 29 de janeiro, fazendo uma referência à armada de Pedro Álvares Cabral, composta, segundo o historiador Hélio Viana, de 13 embarcações – e não de 3. E, a seguir, como que rectificando os erros dos compêndios, Pedreira

esclarece, com base na mesma fonte, que talvez a confusão tenha origem no fato da flotilha de Cristóvão Colombo, que chegou à América em 1492, ser constituída, essa sim, por apenas 3 naus – a "Santa Maria", a "Pinta" e a "Nina"; ou, então, na diferença que os portugueses já faziam nos fins do século XVI entre os diversos tipos de embarcações que construíam nos estaleiros da Ribeira das Naus, sendo que da frota cabralina, pelas características, apenas algumas podiam ser chamadas de caravelas. E o jornalista termina a parte inicial do artigo com uma singular maldição: "Três caravelas ou 13? Assim começaram as Américas (e o Brasil) há 5 séculos exactos. Navegadores europeus esbarraram nelas, a caminho das Índias, e daí nasceram diversos e perigosos equívocos históricos dos quais iriam resultar, nos séculos seguintes, o morticínio de aborigens e o transplante da escravidão negra, africana, para as novas terras colombianas ou cabralinas".

A matéria dá-nos pretexto para algumas observações que nos devem animar, neste final do milénio, quanto

estamos próximos das comemorações dos 500 anos do Descobrimento, a promover algumas iniciativas que sirvam para melhorar o ensino da História pátria e expungê-lo das deformações e preconceitos quase sempre voltados contra a obra civilizada dos europeus e através dos quais se procura diminuir a epopeia e o esforço de um povo que foi decisivo no processo de geração da nacionalidade brasileira: o povo português.

Conhecemos pelo número de embarcações da frota de Cabral. Embora haja divergências entre os cronistas sobre esse número – João de Barros, por exemplo, diz que ela abrangia 13 veleiros entre naus, navios e caravelas, enquanto Gaspar Correia refere-se a "10 NAVIOS FORTES DE 200 A 300 TONEIS" E "três navios pequenos", e a "relação do piloto anônimo" por sua vez, alude a "uma armada de 12 naus" porque não inclui, na conta, a nau dos mantimentos – o certo é que não tem sentido falar-se de uma armada de 3 caravelas, até porque, conforme observa Henrique Lopes de

Meadonça, Portugal, naquela época, com uma experiência de um século em navegações e querendo firmar no Oriente o seu prestígio de potência comercial e marítima, largava de mão as barchas e fustas, os barreiros e as caravelas, e preparava-se para as grandes rotas oceânicas e para a defesa das "piratarias berberescas".

O nosso próprio Varnhagen, na sua "História Geral do Brasil", enumera 7 navios e os nomes dos respectivos comandantes, embora o documento do arquivo da Torre do Tombo, em que baseou a sua pesquisa, ofereça, segundo alguns, pouca confiança; mas num manuscrito da Academia das Ciências de Lisboa, publicado sob o título do "Livro das Armadas", estão desenhadas cada uma das "naus, navios e caravelas, das quais, com um temporal rijo que se deu na travessia do Brasil para o Cabo da Boa Esperança, se perderam quatro". E uma já se havia desgarrado das outras logo após a frota passar ao largo de Cabo Verde, "sem haver tempo forte ou contrário (para isso) poder ser", para usarmos a narrativa de Caminha.

Em síntese: a versão de 3 embarcações como sendo as únicas a formar a frota de Cabral não tem fundamento e resulta ou da confusão com a flotilha de Colombo, ou com a nomenclatura dos barcos. De qualquer forma, o importante é acabar-se com o erro e marcar nas escolas a diferença entre a expedição de Cabral, cuidadosamente preparada e que saiu do Tejo "para as partes da Índia" "bem aparelhada e provida do necessário para o ano e meio de viagem", dentro da estratégia ultramarina do Rei D. Manuel, conforme relata o "piloto anônimo", e o feito do genovês cujo sucesso pode ser atribuído muito mais ao seu gênio aventureiro do que a uma política pré-concebida dos Reis Católicos.

Aliás, não entendemos até hoje os motivos pelos quais se ensina nos currículos do 2.º grau o nome das embarcações que compunham a flotilha de Colombo, e sequer se menciona o nome da nau capitânia da armada cabralina que fundeu na baía de Porto Seguro em 1500. E se a "São Miguel" não é lembrada pelos mestres da História, muito menos o é a "Anunciada" ou a "El-Rei"...

Do "esbarramento" dos navegadores ibéricos, nas Américas, do qual teriam resultado, segundo Fernando Pedreira, morticínios e desgraças, trataremos a seguir, não sem antes lembrar que a tese da intencionalidade do Descobrimento do Brasil e da "política do segredo" dos monarcas portugueses não são de todo

descabidas. Da mesma forma, e só para arremate, lembre-se que juntamente com os 2 degredados deixados por Cabral, ficaram também 2 grumetes que fugiram para a aventura e que 20 meses depois, em Dezembro de 1501, Américo Vespúcio resgatou. Essa fuga dos grumetes foi o primeiro sinal do fascismo exercido pelas terras de Vera Cruz sobre os portugueses e a prova de que, então, não se pensava nem no genocídio dos índios, nem na escravidão dos negros...

A. Gomes da Costa

AINDA O BRASIL

Recebemos no passado mês o n.º 64 da Revista da Casa de Portugal no Rio de Janeiro, relativa a Janeiro deste ano. É uma revista com o mesmo formato do nosso Boletim e rivaliza com ele na qualidade do papel, embora a capa seja bem melhor.

Este número, recheado de assuntos de muito interesse para os portugueses, refere-se à SHIP, na nossa Comitiva que por terras brasileiras andou, de 20 de Novembro a 12 de Dezembro. As referências feitas deixaram-nos desvanecidos e daqui saudamos o ilustre Presidente, Dr. António Joaquim Marques e restante Directoria pelo excepcional trabalho que tem realizado. Mas agradecemos o terem falado em nós, o ter ficado escrito "em letra de forma", como é costume dizer-se, que a SHIP esteve no Brasil em 1994 e junto da Comunidade Portuguesa presente nessa inesquecível recepção que nos ofereceram.

Mas citemos a Revista:

Na pág. 2, entre diversos "Comentários" diz-se: "A Directoria da Casa de Portugal recebeu no dia 9 de Dezembro passado a visita de uma delegação de Associados da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, chefiada pelo Sr. Alberto Reis, que deixou gravado em nosso livro de ilustres visitantes as suas impressões, após ter visitado todo o Hospital, o Lar dos Velhinhos e o Colégio Sagres."

Na pág. 10 relata-se o que foi a cerimónia do 1.º de Dezembro - naquela Casa, iniciando-se o artigo com este período: "A Casa de Portugal, como legítima representante no Rio de Janeiro da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, comemorou sempre com o mesmo fervor cívico a data de 1.º de

dezembro. Este evento é sempre realizado para ser lembrada a data maior de Portugal que é a Restauração da sua Independência, consumada em 1640". Foram com estas palavras que o Presidente da Casa de Portugal, Dr. António Joaquim Marques, deu inicio à sessão solene, cuja mesa estava assim constituída: Sr. Manuel Maria Brandão, Presidente do Conselho Deliberativo, Sra. Ofélia Guerreiro, representante do Cónsul de Portugal, Dr. António Joaquim Marques, Presidente da Directoria, Sr. Acácio Romão, vice-presidente e Sr. Carlos Fernandes Anastácio, orador oficial da sessão.

Na pág. 4 transcreve-se o discurso do Presidente, Dr. António Joaquim Marques, no qual este enumera as atribuições da Casa de Portugal, as instituições que se encontram sob a sua alçada e gestão - Hospital Comendador Gomes Lopes, Colégio de Sagres, Lar dos Velhinhos e Caixa de Caridade Margarida de Lima Abreu - e relata o que foi o trabalho de um ano, além de outras considerações de interesse, de que vamos dar breves apontamentos.

"A Casa de Portugal tem, entre outras finalidades, promover a união dos portugueses e brasileiros, difundir o cívismo e a cultura, dar assistência médica aos associados; manter a Caixa de Caridade Margarida de Lima Abreu, e difundir a Instrução.

Pela difusão da cultura, a Casa de Portugal tem incentivado a realização de conferências técnicas, exposições e cursos superiores de nível universitário, durante todo o ano."

"A Caixa de Caridade é outro setor muito importante na Casa de Portugal. Por ela são destinados auxílios a necessitados sem distinção de nacionalidade, cor ou religião, e tem por objectivo a solidariedade-social."

Não nos cansamos de repetir: o trabalho destes portugueses no Brasil, no Rio, em São Paulo, no Recife, por toda a parte daquele imenso País, é extraordinário. A solidariedade entre todos, o portuguesismo sempre evidenciado nas suas obras, a relação humana com os brasileiros que recorrem às nossas Instituições revelam os sentimentos que sempre nos animaram, de fraternidade, de entre ajuda, sem racismos estéreis.

Pelo que vimos, pareceu-nos existir maior discriminação entre os próprios brasileiros do que entre os portugueses e destes com o povo do Brasil. É impressionante o labor e o empenho de todos. O que nos deixou um tremendo sentimento de inveja...

CONCERTOS INSTRUMENTAIS

ORQUESTRA METROPOLITANA DE LISBOA

Realizou-se no dia 20 de Março, às 18h30, o sexto concerto instrumental da temporada 94/95, com a colaboração do "QUINTETO MISTRAL".

Trata-se de conjunto de instrumentos de sopro, constituído por: ELLEN FRYAR, australiana, flauta; KEVIN VIGNEAU, americano, oboé; NUNO MIGUEL SILVA, português, clarinete; FRANZ-JURGEN DÖRSAN, alemão, fagote; e JAMES SCHUMACHER, americano, trompa.

Apresentaram o seguinte programa: QUINTETO OP. 74 de AUGUSTE KLUGHARDT; QUINTETO EM MI MAIOR, de JEAN FRANÇAIX; e a terminar uma pequena e muito interessante SCHERZO, de EUGENE BOZZA.

Foi uma hora francamente bem passada. O facto de, infelizmente, termos tido uma assistência inferior ao habitual, não impediu que os músicos nos oferecessem um desempenho com grande generosidade e o alto nível de interpretação que os outros agrupamentos da O.M.L. que anteriormente nos visitaram têm vindo a demonstrar.

Recordamos que todos eles foram ou fazem parte da Orquestra Metropolitana de Lisboa, são também professores da Academia Nacional Superior de Orquestra e da Escola Metropolitana de Música de Lisboa.

Nota breve acerca dos compositores: AUGUSTE KLUGHARDT (1847-1902), alemão, famoso Maestro em Weimar, escreveu algumas óperas. Insere-se na "escola" de Wagner.

JEAN FRANÇAIX (n. 1912), francês, compositor e pianista de nomeada. Efectuou várias "tournées" na Europa. Compôs óperas e várias peças para concertos de câmara.



Aspecto da assistência ao concerto de 31/3/95

EUGENE BOZZA (n. 1905), francês. Compôs música de câmara e para ballet; teve a seu cargo durante alguns anos, a composição e preparação de obras para os difíceis concursos para a Ópera de Paris. Foi também regente da famosa Ópera Cómica de Paris.

J. Costa Paulitos

CONCERTOS CORAIS

CORAL DE S. DOMINGOS, DE MONTEMOR-O-NOVO



Dando continuação ao Ciclo "CONCERTOS DA ULTIMA SEXTA-FEIRA DE CADA MÊS", tivemos o grato prazer de receber no dia 31 de Março, o Coral de S. Domingos, de Montemor-o-Novo.

Este Coro foi fundado em 1987 pelo Maestro João Luís Nabo, que continua a ser o seu regente, quando foi colocado como professor da Escola Secundária de Montemor-o-Novo.

A sua existência é uma prova eloquente do que a vontade e determinação podem conseguir.

Efectivamente o currículo do Coro demonstra uma intensa actividade, organizando ou colaborando em muitas iniciativas de carácter musical.

Dispondo de um repertório vasto, cerca de nove dezenas de peças populares e eruditas, escolheram para nos apresentar as seguintes peças:

- "Kirie", de João Luís Nabo;
- "Cantiga de Santa Maria", de Afonso X;
- "Ay mi Dios", de D. Pedro de Cristo;
- "Ecce Quomodo Moritur", de Jacobus Galbus;
- "O Vos Omnes", de Diogo Dias Melgaz;
- "Stabat Mater", de Zoltan Kodaly
- "Senhora do Almuntão", de Mário de Sampayo Ribeiro;
- "A Senhora D'Aires", de Fernando Lopes Graça;
- "Lira", de Popular Açoreana;
- "Les Boites À Musique", de Pierre Robin;
- "Nobody Knows The Trouble I've Seen", Espiritual Negro.



Coro de Montemor-o-Novo em 31/3/95

Nota-se que existe um especial cuidado no aspecto da interpretação do espírito das obras, desde a interioridade de "O Vos Omnes", à alegria e vivacidade de "les boites à musique" e o "balanço" e quase misticismo do espíritual negro.

O Coro tem cerca de cinquenta elementos, desde os 14 aos 73 anos. E, aqui, duas notas interessantes: o elemento com 73 anos, um "baixo", celebrou esse seu aniversário no dia do Concerto, e a soprano de 14 anos é já uma veterana do Coro, pois é "membro fundador" tendo começado a cantar aos oito anos! Pormenores elucidativos da dedicação destes coralistas!

O concerto foi apresentado, como é habitual, pelo Maestro António Leitão.

J. Costa Paulitos



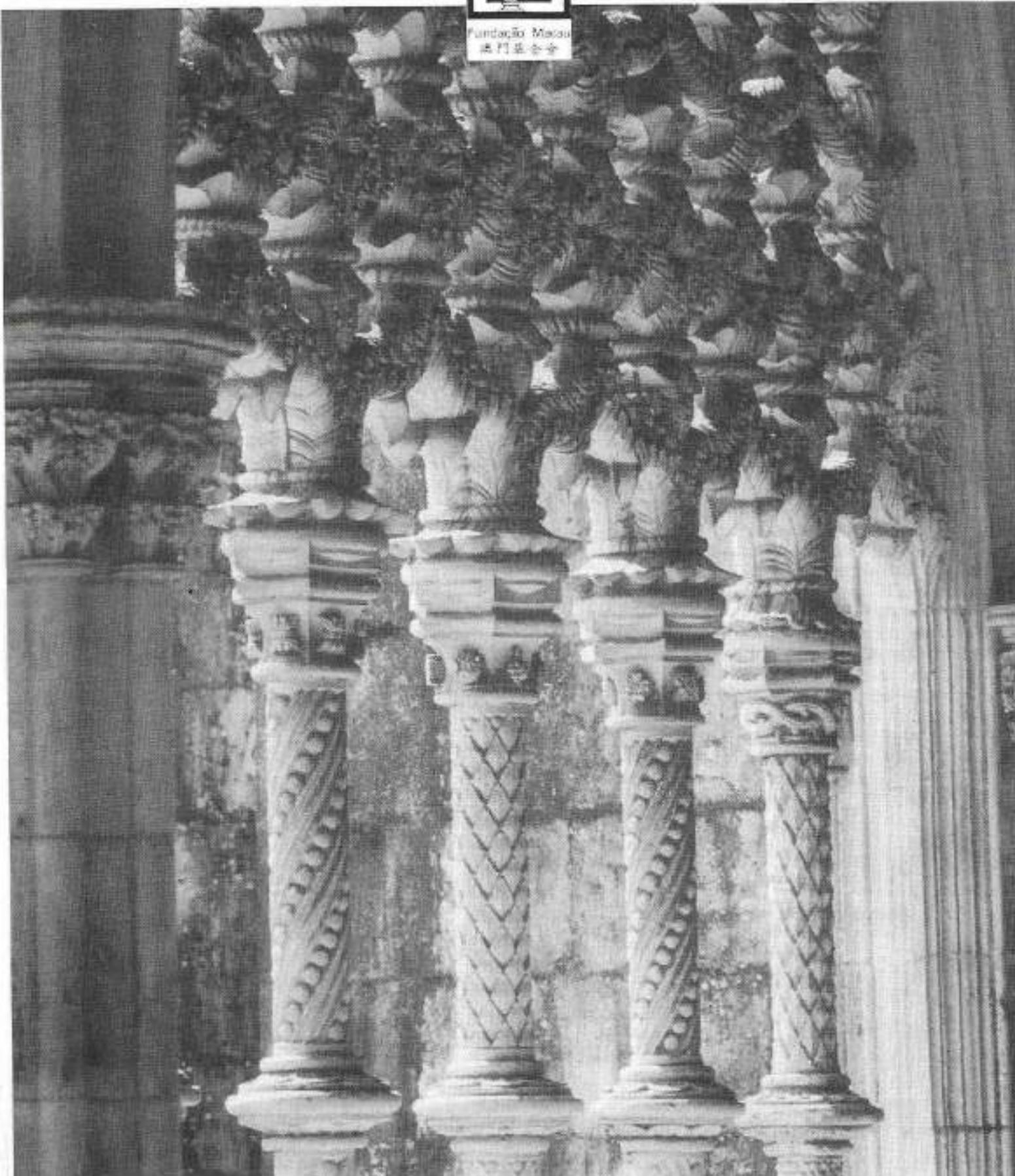
Quinteto Mistral

ENCERRAMENTO DAS COMEMORAÇÕES DO VI CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO INFANTE D. HENRIQUE

COM O ALTO PATROCÍNIO DA



Fundação Mário Soares
馬六甲基金會





PALAVRAS DO GENERAL

THEMUDO BARATA

No Início das Cerimónias

Há um ano, no Porto, presidiu Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, à abertura das comemorações do VI Centenário do Nascimento do Infante D. Henrique.

Hoje, com igual solenidade, encerram-se aqui. E assim devia ser. Com efeito, se o Infante lá nasceu, jaz sepultado neste Mosteiro de Santa Maria da Vitória — poema em pedra onde, para além dum feito, se cantam os mais puros e fortes valores nacionais. Logo no voto e no título do templo, a fé profunda dum povo. Depois, o seu singular sentido de unidade — aquela grande família de que falava D. João de Castela como explicação para o seu fracasso em Aljubarrota — aqui bem patente ao reunir sob as suas abóbadas o panteão real de Aviz e, numa sepultura anónima, todos quantos, ao longo dos séculos, deram as suas vidas em defesa da nossa independência. Por fim, este monumento, nas suas magníficas e para sempre inacabadas Capelas, que nenhuma geração depois ousou fechar, lembra-nos que somos, como estas, uma pátria cujo projecto histórico se deve manter aberto pelos tempos fora.

O Porto e a Batalha foram os dois lugares extremos da vida de D. Henrique. Era, pois, natural que o fossem também no roteiro das comemorações.

Na Cidade Invicta, e, depois, em diversos locais, recordou-se a sua vida e o papel central que desempenhou na maravilhosa gesta portuguesa dos Descobrimentos. Terminado este

percurso, chegou o momento de nos recolhermos, num preito final, perante os seus restos mortais.

A isso se destina esta cerimónia, cuja organização foi confiada à Sociedade Histórica da Independência de Portugal, entidade que pelo seu passado e, sobretudo, pelo empenho posto no lançamento e projeção destas celebrações, aceitou, de pronto, o difícil desafio.

Dai que, como seu primeiro responsável, me compra saudar respeitosamente Vossa Excelência, Senhor Presidente, bem como todos os nossos ilustres convidados, e agradecer a honra da vossa presença.

E dai, ainda, que deva referir, brevemente, o significado e conteúdo desta cerimónia.

O ritual será simples e sóbrio, como se impõe sempre que nos confrontamos com o mistério da morte — e, muito em especial, quando a isso se junta o respeito pelo sagrado do lugar.

A música e o canto, num requiem solene, propositadamente escrito para este acto e cujo libreto em português abre um caminho até agora inédito, serão o grandioso hino de homenagem e de louvor e, para os que crêem, também uma prece a Deus.

A cerimónia e, com ela, todo o ciclo das comemorações tinham de terminar perante o túmulo do Infante, onde está acompanhado — como o esteve no mérito da aventura de que se tornou símbolo — por seu Pai, seu Irmão D. Pedro e pelo Príncipe Perfeito, seu genial continuador.

Sua Excelência o Presidente da República, levando a seu lado as más

altas entidades presentes e a multacentenária Confraria das Almas do Corpo Santo de Massarelos — instituição emblemática deste Centenário e que teve o Infante como protector — irá lá deixar uma coroa de bronze para que os vindouros fiquem certos que nos portugueses deste fim de século, sabíamos honrar e queríamos merecer aqueles que fizeram de Portugal uma pátria independente e segura do seu destino individualizado na história.

Mas para que saibam também que não viemos nostalgicamente voltados para um passado que nunca retoma. Antes, pensando na nossa responsabilidade em manter intacto, e legar engrandecido, todo este património de serviços e de valores que nos identificam e constituem a maneira específica de estarmos no mundo e de sermos úteis ao progresso da humanidade.

Por isso, o cortejo final, será aberto e fechado pela nova geração de militares, representantes daquele desconhecido soldado que tudo ofereceu — até o nome — para que Portugal viva em segurança e liberdade, desde há quase nove séculos.

E, por isso, também, o coroar da cerimónia caberá aos mais jovens ainda: aos nascidos neste histórico lugar, que no seu jeito descontraído e simples serão uma presença de alegria e certeza.

Não tenho dúvida que uma tal perspectiva de futuro será a homenagem que melhor poderá fechar este VI Centenário — e a que mais agradaria ao Infante e aos portugueses desse século de ouro.

Durante muito tempo ainda perduraria na nossa memória o deslumbramento destas cerimónias no Mosteiro da Batalha. E, se outras razões não houvesse para estarmos orgulhosos desta realização da SHIP, bastava recordarmos ter sido a Sociedade Histórica que se lembrou de mandar fazer um Requiem à Memória do Infante, em português – é o primeiro, no Mundo, em vernáculo –, para nos sentirmos satisfeitos e... vaidosos!

Não há palavras que descrevam a emoção sentida quando terminou a execução do Requiem. E nós, que estivemos "por dentro" desta obra, que assistimos ao seu começo em 1993, após o autor, o Sr. Cônego Ferreira dos Santos da Igreja da Lapa no Porto, ter hesitado durante algum tempo em aceitar fazê-la, ficámos com a grata sensação de um dever cumprido, de um serviço prestado à Portugal, à nossa Cultura e à Música do Mundo.

Quem não teve possibilidade de estar presente na Batalha, no dia 4 de Março p.p., gostará certamente de ler o que o Sr. Cônego Ferreira dos Santos escreveu, no programa das cerimónias, como apresentação do seu trabalho.

Reproduzimos a seguir um escoito desse texto:

"Como compositor de Música Sacra entendi que devia:

a) interpretar, fielmente, os textos sagrados (as suas imagens e provocações), assim como os ritos de que os textos são suporte;

b) exprimir as profundas emoções, produzidas pela iluminação da fé, pelos textos e pelos ritos quer no indivíduo, quer na assembleia, a propósito da celebração do mistério pascal da morte e da vida;

c) cometer o atrevimento de tentar exprimir as ressonâncias do pecado (desordem) e da graça (ordem) na Natureza que Deus criou, visceralmente comprometida com o homem;

d) respeitar e integrar na obra melodias ou processos musicais correspondentes a vivências espirituais de outras épocas da vida da Igreja. Detectam-se facilmente várias melodias de Canto Gregoriano: *Requiem aeternam, Dies irae, Kyrie LX, XI e XVIII, Te rogamus audi nos, Ubi Caritas et Amen*. O grito, tantas vezes escondido em composições sacras, do passado, aparece também na obra, por exemplo, *Veni, Senhor Jesus*. O cántico litânico está patente no Senhor tende

piedade de nós ou no santo.

Compreender-se-á, por isso, que tentei pôr à minha disposição hipóteses de expressão musical que me permitissem estampar a maior variedade e intensidade de emoções possível.

Optei por uma fidelidade telúrico-emotiva a essas emoções. Eis porque chamei para o requiem não só os instrumentos tradicionais, mas também alguns que, raramente, se integram na Música Sacra: é o caso do piano e de alguma percussão. Integrei intervalos, harmonias e passagens praticadas na literatura coral-sinfónica sacra do passado para insinuar que o homem é um ser histórico, fruto de uma torrente imensa de que não se pode excluir. Mas usci (às vezes, decerto, abusei) de falsas relações harmónicas, intervalos incomuns, mudanças bruscas de tonalidade, sincopas, para platar ansiedade, vivencialidades dramáticas, ou... a alegria e a paz. Não separei as perspectivas históricas das cósmicas ou psicológicas, nem as do passado das do presente."

Também achamos importante deixar aqui registado o libreto do Requiem, dado que apenas figura no programa então distribuído pelos presentes e, como tal, esgotou-se rapidamente.

LIBRETO

INTRÓITO

Ant.
Dai-lhes, Senhor, o eterno descanso nos esplendores da luz perpétua.

A Vós, ó Deus, é devido louvor em Sião,
A Vós se cumprem os votos em Jerusalém.

Ant.
Dai-lhes... Oprime-nos o peso das nossas faltas.
Ant.

Seremos saciados dos bens da vossa casa,
da santidade do vosso tabernáculo.
Ant.

Senhor tende piedade de nós (bis).
Cristo tende piedade de nós (bis).
Senhor, tende piedade de nós (bis).

SEQUÊNCIA

Dia de ira, aquele dia,
Volte o mundo em cinza fria;
Diz David e a Síbila.

Que terror não há-de haver
Quando Deus comparecer
para julgar com rigor!

Nos sepulcros ressoando
Vai a tuba convocando
os mortos a tribunal.

A terra inteira estremece
Quando o homem comparece
Para o juízo final.

Um livro será trazido
Em que tudo está contido
Para o mundo ser julgado.

Quando o Juiz se sentar
Tudo se há-de revelar:
A justiça e o pecado.

Pobre de mim, que direi,
Que patrono invocarei
Ao ver o justo em temor?

Rei de exulta majestade,
Que salvais só por bondade.
Salvai-me no vosso amor.
Recordai-vos, bom Jesus:
Por mim deixastes os Céus,
não me condeneis então.

A buscar-me Vos cansastes,
Pela Cruz me resgatastes;
Tanta dor não seja em vão.

Justo Juiz do castigo,
Usai de graça comigo
Antes de chegar o fim.

Como réu envergonhado,
Sinto-me tremer, culpado:
Tende compaixão de mim.

A pecadora absolvendo
E o bom ladrão acolhendo
Grande esperança me dais.

Embora não seja digno,
Vós me livrareis, benigno,
Dos tormentos infernais.

Entre os cordeiros contado,
Dos preciosos separado,
Ponde-me à vossa direita.

Repelidos os malvados
E a vivas chamas lançados,
Suja eu à pátria eleita.

Com profunda contrição
Imploro o vosso perdão;
Ajudei-me na agonia.

Quando nesse triste dia,
Das cinzas em que jazia,
Ressurgir o homem réu.
Perdoai-lhe, Deus do Céu.

Jesus, Deus de majestade
Vivo esplendor da Trindade.
Contai-me entre os eleitos. Ámen.

SANTO

Santo, Santo, Santo.
Senhor Deus do Universo.
O céu e a terra proclamam a vossa
glória.
Hossana nas alturas.
Bendito O que vem em nome do
Senhor.
Hossana nas alturas.

CORDEIRO DE DEUS

Cordeiro de Deus, que tirais o pecado
do mundo,
tende piedade de nós.
Cordeiro de Deus, que tirais o pecado
do mundo,
tende piedade de nós.
Cordeiro de Deus, que tirais o pecado
do mundo,
dai-nos a paz.

COMUNHÃO

Levem-te os Anjos ao Paraíso.
À tua chegada recebam-te os Mártires E
te conduzam à cidade Santa de
Jerusalém.

Eu sei que o meu Redentor vive.
Sobre Ele repousarei o meu olhar
Vem, Senhor Jesus.
E na minha carne verei a Deus, meu
Salvador.

Abri-me as portas da Justiça
Entrarei para dar graças ao Senhor.

Eis o dia que o Senhor fez
Exultemos e cantemos de Alegria
Aleluia, Aleluia.

Eis a porta do Senhor
Eu sei que o meu Senhor vive.
Vem, Senhor Jesus.

A crítica musical que se segue é do
nossa sócio, Maestro António Leitão. Ele
é a única pessoa da SHIP habilitada a
emitir julgamentos de valor sobre a peça que
nos foi apresentada. Portanto, ela aqui
vai tal qual nos foi entregue para
publicação.

O 1.º REQUIEM EM PORTUGUÊS

A cerimónia de encerramento das
Comemorações do VI Centenário do
Nascimento do Infante D. Henrique teve
grande dignidade e brilho, naquela
brumosa manhã de 4 de Março, no
Mosteiro da Batalha, e a estreia mundial
do *Requiem à Memória do Infante D.
Henrique*, da autoria de A. Ferreira dos
Santos, constituiu um acontecimento
dentro do acontecimento. Trata-se de
uma peça coral-sinfónica, de sessenta
minutos, para grande coro, grande
orquestra, piano, solista soprano e solista
barítono, composta, por encomenda da
S.H.I.P., sobre texto vernáculo (é o
primeiro assim composto, em toda a
História da Música) — e, só por isto,
merecia outro destaque na comunicação
social; não é todos os dias, nem todos os
anos, que os portugueses estreiam uma
obra coral sinfónica desta envergadura.

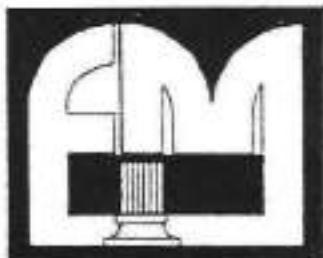
Quem é o compositor? António
Ferreira dos Santos, cônego da Sé do
Porto, fez os estudos musicais no
Conservatório do Porto, Salzburgo e
Munique e teve bons mestres — Filipe
Pires, Stella da Cunha, Clotilde Cunha,
José Delerue, Franz Lehmdorfer, Gunter
Bialas, Fritz Schieri e Erich Valentim,
entre outros, trabalhando particularmente
composição, música sacra e direção de
coros. Está directamente envolvido em
diversas actividades musicais: Coro da
Sé Catedral do Porto, Sollemnum
Concentus (Agrupamento de Metais e
Timpanos do Porto), Orquestra de Metais
e Percussão do Porto, Coro de Câmara da
Cidade do Porto, Curso Diocesano de
Música Litúrgica, Grande Órgão de
Tubos da Catedral do Porto, Revista
Boletim de Música Litúrgica, diversas
ações de formação de música sacra.
Tem a Medalha de Ouro da Cidade do
Porto e a Grande Cruz de Oficial de 1.
classe da Ordem de Mérito Cultural da
República Federal da Alemanha. A obra
musical de Ferreira dos Santos é já
notável e "desconhecida" (!), com
significativa presença de peças corais
sinfónicas, nomeadamente cantatas.

Que Requiem é este? Para já, uma
composição bem respirada, trabalho de
"cerca de duas mil e quinhentas horas",
que levanta as energias de um dos textos
mais ricos da liturgia católica, de sublime
força poética e contenção dramática de
sentimentos perante os mistérios dos
novíssimos do homem — morte, juizo,

inferno ou paraíso. Diz o compositor que
não se deixou impressionar com a
literalidade das palavras e que a obra
tentava exprimir a sua vivência pessoal, que
"não cabe dentro de qualquer sistema
musical por mais lógico que seja. A vida
é muito mais do que a lógica". E vai
explicando que a dinâmica geral deste
Requiem se apoia muito numa série de
binómios: tensão-distensão; desordem-
ordem; trevas-luz; desespero-confiança;
confusão-paz; desinteligência-
comunhão. Pensariam na aproximação
a uma estética romântica (neo-), pelo
acento de contrastes, onde já
comparecem as sugestões do pensamento
de Teilhard de Chardin. Deste modo,
melodias, harmonias, timbres, ritmo e
dinâmicas acodem, ao mando da palavra-
mensagem, de todas as inspirações
conhecidas, desde o gregoriano ao mais
usado da expressão musical moderna,
numa festa de encontros e desencontros,
com recurso à evidente capacidade
técnica do compositor.

São 5 as partes autónomas deste
Requiem. O "Introito", com o "Senhor,
tende piedade", abre como a apresentar
"o homem que emerge das profundidades
sombrias da Terra", em início de
caminhada. A "Sequência", alargado
poema de cenário escatológico, onde as
situações de alma são as mais variadas
(angústia, depreciação, exaltação,
esperança, luz), estende-se por
personalidades sonoras de vários cariz, em
que as alegrias vocais e corais patenteiam
a mesma importância das intervenções
instrumentais — cornos, de resto, em toda a
obra. O "Santo", tal como acontecia já na
"Sequência", insinua, na combinação
desordenada de timbres, harmonias,
ritmos e dinâmicas, que o pecado (causa
da morte) provoca na Natureza. E, por
fim, "Cordeiro de Deus" e "Comunhão",
fechando esta última parte com um como
que grito — "Vem, Senhor Jesus!" —
aspiração do homem peregrino "às
alturas místicas da luz".

O *Requiem à Memória do Infante D.
Henrique* foi muito bem interpretado por:
Coro da Sé Catedral do Porto; Orquestra
Clássica do Porto; Sílvia Correia Mateus
(soprano); António Salgado (barítono);
Luís Filipe de Sá (pianista); o autor A.
Ferreira dos Santos (maestro). Valeria a
pena trabalhar por uma gravação em
disco desta obra, que honra quantos nela
intervieram, em boa hora encomendada
pela S.H.I.P.



Fundação Macau
澳門基金會

CP 3052

UMA INSTITUIÇÃO

AO SERVIÇO DA

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Como os republicanos intervieram contra a tentativa de absorção política de Portugal por D. Afonso XIII

O manifesto «Aos Portugueses! Por Portugal!» – A atitude do jornal a «Pátria» – Álvaro de Castro e Nuno Simões no parlamento – O presidente do conselho de Espanha, D. José Sanchez Guerra e as quedas de água do Douro – Palavras de D. Afonso XIII a um encarregado de negócios português no ano de 1918.

É de justiça acentuar que não só os monárquicos mas também alguns republicanos, e de categoria, levaram seus protestos quando da tentativa absorptionista de Portugal pela política de D. Afonso XIII.

A entrevista de Augusto de Castro dera o alarme, e a *Pátria*, jornal dirigido pelo deputado Nuno Simões, inseriu reparos, os quais, marcando o êxito pessoal do entrevistador – e outra causa não teve ele em mira – sublinhava as aspirações do monarca espanhol.

Trindade Coelho, republicano, também, embora dentro dumha linha mais conservadora que a de muitos realistas, e de um espírito católico igualmente superior ao de alguns monárquicos, acudira, ardente e patrioticamente, com o seu manifesto intitulado: *Aos portugueses, por Portugal!* que se publicou em 5 de Novembro de 1922, verberando a atitude do soberano, sobretudo nos écos das suas palavras pronunciadas em Miramar.

Contava como a *Pátria* focara tais declarações, com os elogios merecidos a quem a dirigia e à espontaneidade do ataque, e ia prestando justiça a todos os que tinham lançado o seu protesto de patriotismo:

«Mal teve conhecimento da entrevista o senhor Paiva Couceiro escrevia no dia 1 de Outubro – e de Espanha – o artigo que o *Correio da Manhã* publicava pouco tempo depois. As sentinelas começavam acordando. A avisada e profunda experiência de *Nemo* e as palavras sensatas do sr. Homem Cristo apareciam a terreno. A seguir o culto espírito do sr. Fidelino de Figueiredo tirara os Proficientes corolários do célebre documento.»

O ilustre jornalista continuava:

«A maré ia enchendo. E, salvas raras excepções, depois, a imprensa portuguesa francamente manifestava a sua discordância. Seja-nos permitido destacar *O Século* pela impetuositade da

análise. Em Lisboa e no Porto, assim – e não posso nem devo esquecer o esclarecido e documentado artigo do proficiente jornalista José Vitorino Ribeiro – a opinião pública, através daquela delicadeza que lhe é peculiar, entrava em estado de desconfiança. E se algumas dúvidas restassem ainda à boa fé dos ingênuos, as palavras do sr. dr. Bernardino Machado por completo as dissipariam. Ontem, era a imprensa diária. Hoje, são as revistas e os folhetos. O sr. Sebastião Costa, na *Seara Nova*, ao erguer, tão inteligentemente, a ponta do véu sobre o *consórcio económico*; o sr. António Sardinha, na *Nação Portuguesa*, ao declarar com a incontrovertível autoridade do seu *hispanismo*, que correria para a fronteira, ligado aos seus mais irredutíveis inimigos, se um perigo nos ameaçasse; o sr. Vieira de Castro no seu opúsculo, evidenciando uma penetrante visão da política internacional; e, por último, o bravo capitão Aníbal de Azevedo, em cujo peito só há medalhas conquistadas nas linhas de fogo, e os srs. drs. Álvaro de Castro e Nuno Simões, nos seus discursos de 31 de Outubro e 1 de Novembro, que honraram o país e a Câmara.»

Como se vê portugueses dos dois campos políticos estavam de acordo. Oxalá pudesse entender-se sobre assuntos de idêntica magnitude. A pátria contava com eles, o movimento de protesto esboçava-se e não ficaria apenas nas colunas dos jornais.

Era presidente do conselho o sr. António Maria da Silva, ministro dos estrangeiros o sr. dr. Barbosa de Magalhães que acompanhara ao Brasil o presidente da república António José de Almeida. Já estava em Madrid, como representante de Portugal, o sr. Melo Barreto.

Álvaro de Castro ergueu a voz no parlamento. O seu timbre de patriota não se apagava na hora em que Paiva

Couceiro – considerado o pior inimigo dos republicanos – se mostrava português à antiga no seu brado de protesto e de aviso. O moço chefe republicano acudira à trincheira num belo alarme, num imponente arranço. Portuguêsíssimo em diseres e nos intutos foi esse malfadado homem político. No seu discurso de 31 de Outubro de 1922 acentuava, ao evocar as palavras do rei espanhol: «A verdade é que o governo não teve nenhum acto que significasse que o nosso representante em Madrid estava, pelo menos, conhecedor de tudo aquilo que se pensava nos altos meios políticos de Espanha, ou se efectivamente esse nosso representante seria um funcionário que seria conveniente alijar porque seria absurdo pagar a um funcionário para receber simplesmente as indicações dum jornalista que num acaso feliz pôde obter uma entrevista interessante. O sr. Melo Barreto é uma das personalidades mais distintas do nosso meio.»

Recebeu apoiados, ao prosseguir na homenagem ao diplomata e logo ficou o seu fim principal:

«Não sou daqueles que atribuem às palavras de Sua Majestade Afonso XIII o significado que muitos lhe atribuem; elas significam, sem dúvida, uma larga simpatia que a nós deve ser muito grato conhecer, embora como português, como republicano, prestando a minha homenagem a um dos soberanos que considero um dos mais altos pela mentalidade e inteligência com que conduz a vida política do seu país, não deixe de salientar algumas notas que me feriram profundamente.

«Assim eu tenho o direito de pedir que, dentro da política nacional e a propósito dela, se não pronuncie o mais alto soberano porque não tem o direito de fazê-lo.»

Os aplausos dobraram. O orador continuou no mesmo tom e, como o presidente do conselho espanhol, D. José Sanchez Guerra, tivesse declarado num

seu discurso estar resolvida a questão das quedas de água do Douro — à qual o monarca fizera referências — Álvaro de Castro disse:

«Como deputado e português é, portanto, justo que é bom que se faça a afirmação de que nessa entrevista vi palavras que me magoaram profundamente, como português que sou e respeitador dos direitos de todos.»

«Todos conhecem e sabem com quanto interesse se olha uma célebre questão que se arrasta há anos e para que foi nomeada uma comissão de vários funcionários — funcionários que levaram largos dias a gastar pesetas em Madrid, não se sabendo ainda a que resultados chegaram.»

«Nem o país, nem o parlamento conhecem, porventura, as despesas que nem sempre entraram no orçamento.»

«Mas das declarações formais e graves feitas pelo senhor presidente do ministério espanhol a propósito das quedas de água do Douro, era preciso que o governo nos dissesse concretamente o que existe sobre o assunto; que expusesse suas opiniões, de maneira a conhecer-se não só aqui, mas lá fora, as suas intenções a respeito dumra questão que está em desacordo com os interesses portugueses.»

Não se tratava de política vulgar mas da Pátria e, no dia seguinte, ao discurso de Álvaro de Castro, Nuno Simões acudia à liça parlamentar Era outro republicano a bater-se na tribuna, como já o fizera na imprensa.

Revelava que desde 1918 «o ministério dos Negócios Estrangeiros tinha notícias de palavras pronunciadas por esse monarca, aliás pouco diferentes daquelas que o senhor doutor Augusto de Castro teve ocasião de referir no *Diário de Notícias*. Por inconfidência e indiscreção jornalística, não do ministério dos negócios estrangeiros, foi publicada uma entrevista de caráter confidencial entre o encarregado de negócios de Portugal e o rei de Espanha, tornando-se públicas algumas declarações do soberano espanhol que coincidem, em grande parte, com aquelas que o *Diário de Notícias* há pouco publicou.»

Quere dizer: vinha de longe essa intenção de D. Afonso XIII. Captava as intenções de quem o podia servir. O parlamentar após outras considerações, verberava a audácia do régio entrevistado:

«O rei de Espanha referiu-se a problemas em aberto entre os dois países,

pouco faltando para acusar o governo português e a nação portuguesa de não terem resolvido a questão das quedas de água do Douro.»

Diz-se-há que o soberano espanhol não tinha que se pronunciar sobre estas questões, porque dependem apenas do governo espanhol. Se assim é, a que vem o alarido que se fez em todo o país, dando como salvador da nação portuguesa o rei de Espanha?

«Mas se assim é, porque é que o soberano espanhol se referiu a uns problemas e não se referiu a outros?»

«Sou dos que entendem que um país como o nosso, e no momento de crise que atravessa, não pode evidentemente recusar, sem os reconhecimentos que lhe são devidos, auxílio que outro país pretenda fazer sincera, leal e francamente. Mas, no preciso momento em que as manifestações do soberano espanhol se faziam, as agências espanholas mandavam para o estrangeiro as últimas inconveniências acerca da ordem pública em Portugal. Os próprios jornais espanhóis publicaram as notícias mais tendenciosas a respeito da ordem pública no nosso país.»

Estava-se em Outubro. A 19 desse mês tinham sido assassinados o presidente do conselho António Granjo, o fundador da República Machado Santos, um dos mais notáveis combatentes da república, Carlos da Maia, dois oficiais superiores, um do exército, Botelho de Vasconcelos, outro da armada, Freitas da Silva, e um grande mistério ainda plana sobre esses crimes. Falou-se até de um mau vento das bandas de Espanha.

O deputado Nuno Simões, analisando a entrevista, agora histórica, e referindo-se à questão da pesca que D. Afonso XIII também desejava resolvida, concluiu:

«O que sucede é que os interesses do país e os interesses portugueses são absolutamente divergentes dos interesses espanhóis e, como tais, têm que continuar a afirmar-se através de tudo.»

Como fica exposto, monárquicos e republicanos protestaram contra a ambiciosa tentativa de infiltração do monarca espanhol em Portugal, de acordo com os seus ministros, entre os quais figurava D. José Sanchez Guerra, depois um dos seus mais temíveis adversários.

Pactuaram com eles alguns portugueses?!

Vê-se, porém, que os destinos dos

povos, como os dos homens, não são influenciados pelos acasos, mas que alguma coisa de superior os rege e domina. D. Afonso XIII pretendia exercer uma influência máxima em Portugal, até a conduzir às subordinações ou a pior situação. Está no exílio. O seu presidente de conselho, que, com qualquer fundamento misterioso, dizia resolvida a questão das quedas de água do Douro num célebre discurso de Salamanca, está no ostracismo, depois de ajudar à queda do seu rei.

In Arquivo Nacional

N.º 8 4/3/32



D. Afonso XIII



CTT CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

PRESS RELEASE



CORREIO DE PORTUGAL - DIÁ DE CIRCUULAÇÃO

Obliterações do 1º dia em:
Oblitérations du 1er jour à:
First day Obliterations in:

LISBOA PORTO COIMBRA ÉVORA FARO
FUNCHAL PONTA DELGADA

DADOS TÉCNICOS
DONNÉES TECHNIQUES
TECHNICAL DATA

Emissão, emissão, issue:
20/IV/1995

Selos, timbres-poste, stamps:

1800
20000
45000
50000
75000

designer José Luís Troca
sapel, papier, paper: 110g/m²
plotagem, dentelle, perforation: 12 x 12 1/4 x 12 1/4
formato, format, size: 27,7 x 30,8 mm
impressão, impression, printing: offset
impresssor, imprimeur, printer: INCM

Folhas, feuilles, sheets:

com 100 ex. de cada taxa, avec 100 ex. de
chaque valeur, with 100 copies of each value.

Cartonas, cartons, booklets:

com 10 selos de 45000, avec 10 timbres-poste
de 45000, with 10 stamps of 45000 - 450000,
com 10 selos de 75000, avec 10 timbres-poste
de 75000, with 10 stamps of 75000 - 750000

Bilhete postal simples, carte postale,
post card

45000

Encomendas a, Demandes à, Orders to:

Direção de Serviços de Filatelia
Av. Casal Ribeiro, 28-6
1000 LISBOA

Estação de Correios Casal Ribeiro
Av. Casal Ribeiro, 28-1
1000 LISBOA

Estação de Correios de Ceuta
Rue de Ceuta, 55-61
4000 PORTO

Estação de Correios Fernão de Magalhães
Av. Fernão de Magalhães, 220
3000 COIMBRA

Estação de Correios de Évora
Rua Oliveira, 7000 EVORA

Estação de Correios do Alentejo
Rua do Alentejo, 6-17
8000 FARO

ção urbana. Ainda hoje, apesar dos modernos circuitos de produção e distribuição, instalam as suas bancas nas bermas das estradas, sobretudo ao fim-de-semana, para mercarem as suas parcas colheitas. Parte do pão consumido na Lisboa otocantista era amassado nas aldeias próximas. Ao alvorocer, animando as ruas, montadas em jumentos ajoelhados por dois cérneos abarrotados, chegavam de Meleças e Mafra as padeiras. Enquanto o homem ficava em casa a tratar da panificação, a mulher percorria a cidade à procura de fregueses ou tomava assento na Praça de S. Paulo, onde funcionava o mercado do pão a que acorriam as classes mais pobres.

Com elas vinham as vendedoras de fruta que, mal chegadas à cidade, anunciam os seus produtos, enchendo as ruas com os peculiares pregões: "Merca a boa laranja!", lançava uma; "Oh, rica amora da hora!", propunha outra; "Quem quer o cebaz de morangos?", insistia ainda outra!

Mas uma boa parte da classe popular, à falta de indústrias e sem pesos da terra, dedicava-se à prestação de pequenos serviços, como cagarro, limpe-chambres ou acendedor de candeeiros. Muitos eram descendentes dos escravos libertos pela legislação pombeira. Uma personagem característica de Lisboa no séc. XIX era o caiador. Quase sempre de raça negra, considerado pelos mais abastados como preguiçoso e bêbado, abancava no Rossio, até que a remoção da praça, em 1836, o obrigou a mudar de poiso. Era ali que os proprietários dos prédios o iam procurar quando queriam brinquear um edifício. Como muitos trabalhadores e artífices, marcavam a paisagem de Lisboa, dando-lhe um cariz que, às portas do terceiro milénio, ainda é reconhecível na sotopia de algumas vielas dos bairros mais antigos.

DIREÇÃO DE FILATELIA

Estação de Correios Casal Ribeiro
Av. Casal Ribeiro
1000 LISBOA

Estação de Correios Antero de Quental
Av. Antero de Quental
9500 PONTA DELGADA (AÇORES)

Correios de Macau / Divisão de Filatelia
Largo do Senado
MACAU

PROFISSÕES ALFACINHAS

Nas aldeias, as profissões não irão além de quatro ou cinco, quase todas mistas, como as do barbeiro, que só atraiçoia a enxada com a tesoura e a navalha, no sábado ao morrer do dia e domingo antes da missa. Nas vilas, andarão por algumas dezenas, meramente se uma ou outra chaminé industrial já ali espirala a sua coluna de fumo, irmã, mais nutrida e orgulhosa, dessas que até há pouco brotavam apenas de humildes casais, muito lentas, às horas do crepúsculo. E, porém, nas cidades que os ofícios se multiplicam até deles se perder a conta, se multiplicam tanto que somente o fisco poderá talvez dar-nos o seu rol completo. Pensa-se, sobretudo, nas profissões multitudinárias, nos operários, nos

empregados dos escritórios, nos vendedores das lojas, às vezes, por um velho surto romântico, nas costureiras que debilitam o peito em miserios e mal iluminados alvéolos da cidade. Mas quantas, quantas outras profissões se praticam, solitárias ou gregárias, desde as «caves» onde se respira o pé das ruas, às mansardas dos prédios urbanos, lá onde começa a batalha entre o fulgor dos astros e o clarão das grandes urbes!

Pela sua própria copiosidade, principalmente pela sua diversidade, muitas recusam-se, em certos momentos, a socorrer a memória de quem pretende evocá-las. E, contudo, são elas que subitamente impregnam de calor humano a frieza das estatísticas, quando lá as

surpreendemos, alinhadas umas sob as outras e algumas tão imprevistas que quase se fundem com a inversimilhança.

A variedade dos ofícios é hoje tão vasta que - em certas fábricas há mais especializações do que antigamente em toda urna cidade. As muralhas que cercavam os burgos foram substituídas pelas fortalezas da Indústria. Em vez de soldados, guarnecem-se com operários; e a obediência cega daqueles transformou-se em consciência emancipadora. A «cintura vermelha» de Paris é famosa e todas as cidades do capitalismo vivem hoje dentro dum aro vermelho ou tendendo fortemente por essa cor.

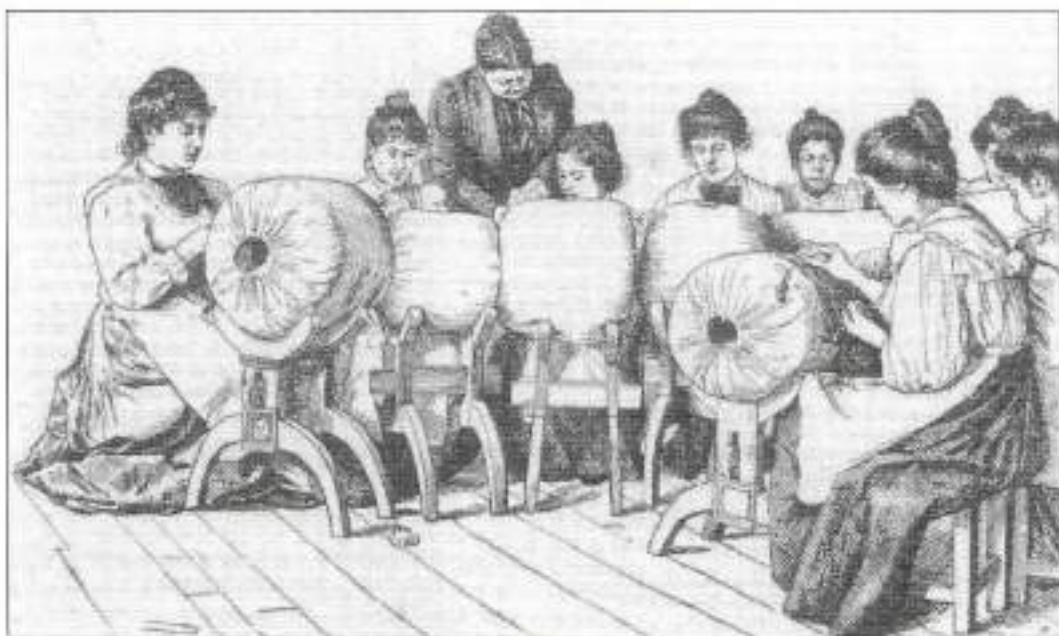
Outrora, muitos dos ofícios humildes, mesmo alguns desses que deveriam



VENDEDOR DE PERÓS



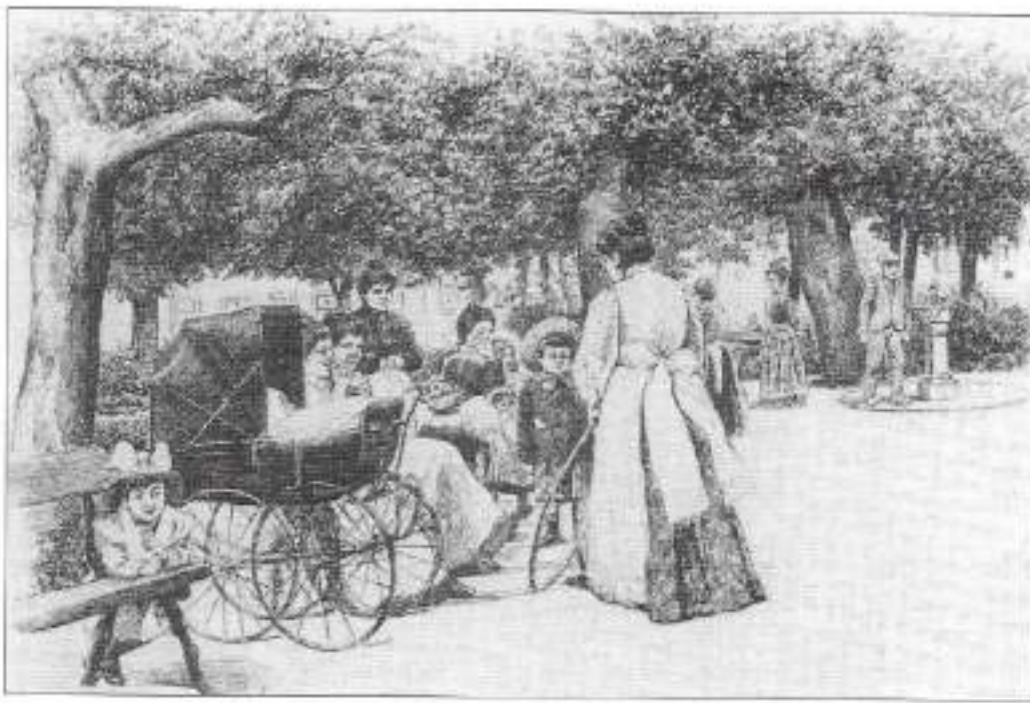
VENDEDORA DE UVAS



INTERIOR DE UM ATELIER DE RENDAS



CONCERTADOR DE CHAPÉUS DE SOL



AMAS NO JARDIM DA ESTRELA

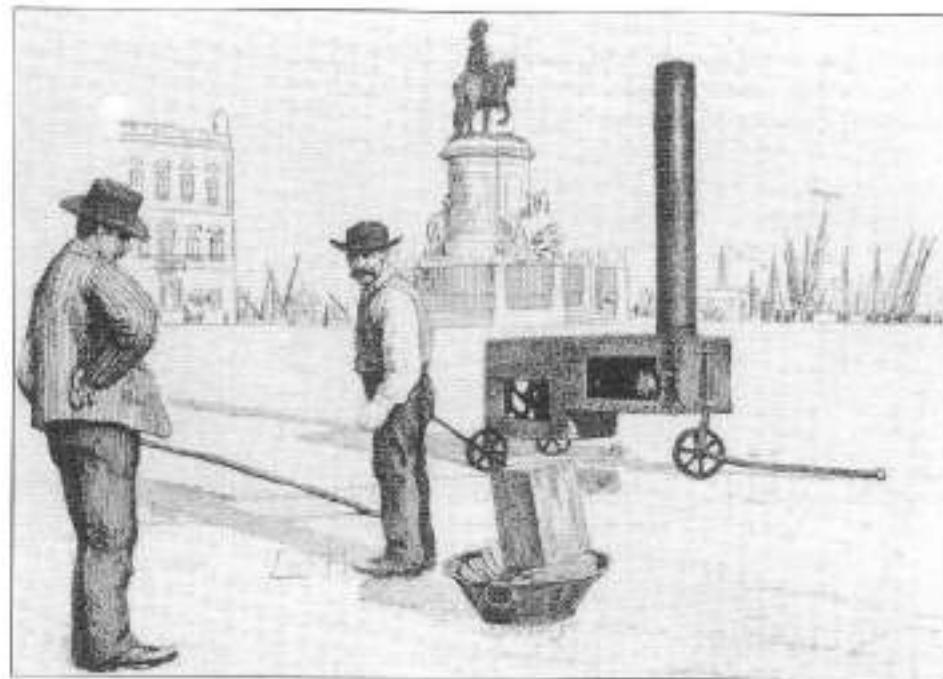


VENDEDOR DE ALHOS

provocar facilmente sentimentos compreensivos e generosos, eram vistos apenas pelo seu lado pitoresco. Artistas e escritores do Mundo inteiro celebravam mais o exterior de certas profissões do que o sacrifício humano que elas representavam.

Em Lisboa, os carregadores galegos, essas caritádes das esquinas, que, em vez de tranças a descerem até às espáduas, traziam uma corda aos ombros, serviam frequentemente para as glosas dos revisteiros e dir-se-ia que transportar um enorme piano, escadas acima, era somente uma facécia destinada a fazer rir os espectadores. Lápis eméritos não viam também nos aguadeiros mais do que o efeito árabe dum odre encostado ao tronco, suarento e esfarrapado, de alguns pobres espanhóis e portugueses que assim ganhavam o seu pão. Muitos pintores não encontravam nas varinhas, trilhadoras de sete léguas, trepadoras de sete colinas, tantas vezes com um filho ao colo, mais do que um motivo plástico; e alguns insignes habitantes da cidade sentiam apenas um recreio auditivo, uma honra para as tradições lisboetas, nos pregões que elas lançavam, não raro entre dois acessos de tosse, comandados pela tuberculose.

O pitoresco não vinha, afinal, dos seres humanos, mas dos seus elementos de trabalho da canastra que completava a esbelteza da vendedora de peixe; do realejo que lembrava velhas mas onde, de mão estendida, lamuriavam subornens, uns mutilados outros chagossos, como nas proximidades das igrejas, em dias de festa; das caranguejolas dos



QUEIMA DE PAPÉIS DE CRÉDITO NO TERREIRO DO PAÇO



O ARDINA



VENDEDORA DE QUEUJO SALGADO



VENDEDOR DE ÁGUA FRESCA E CAPILE

amoladores e deita-gatos que sugeriam vida nómada, caminhos abertos tanto à miséria errante como à poesia da distância; do cocheiro que chicoteava raivosamente os cavalos e resmungava obscenidades quando pressentia que dentro do seu carro, ao abrigo das cortinas, o par de clientes se entregava a exercícios de amor.

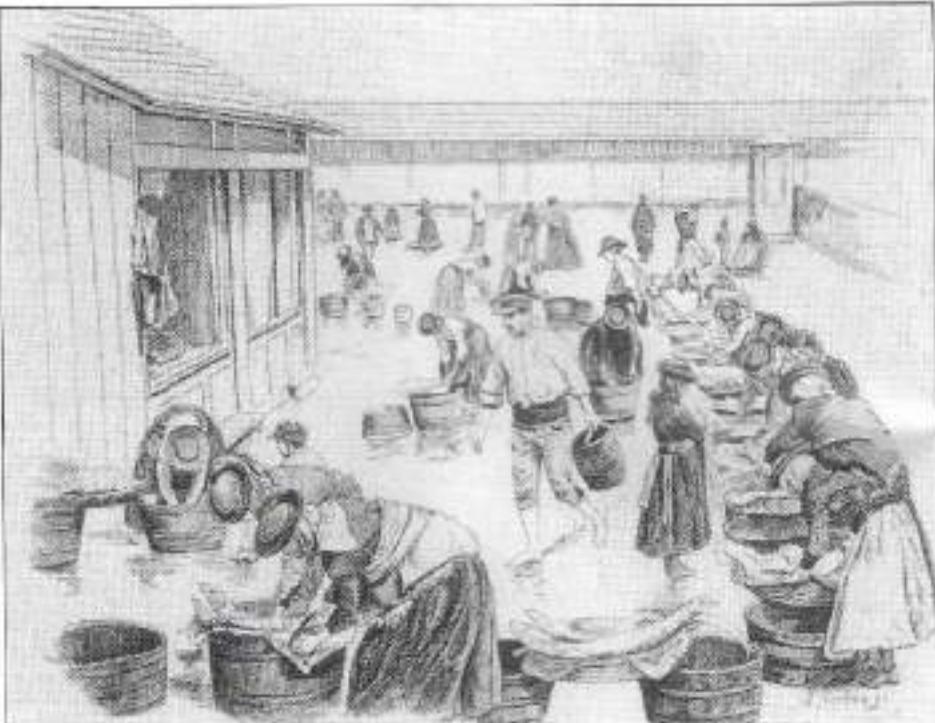
Algumas dessas profissões subsistem ainda, isoladas, aqui, ali, acolá, ilhéus afundando-se sob as vagas, cada vez mais altas, dum oceano renovado e largo; mas o estado psíquico de quem as vê já não é o mesmo de outrora. O trabalhoolveu-se num tema austero, numa ideia de justiça social, num sentimento de discordância perante as servidões de homens explorados por outros homens. Estamos já a afastar-nos da mentalidade que entendia como legítimas as iniquas situações criadas por tremendas desigualdades sociais e que em certos ofícios enxergava apenas motivos para caricaturas. Essa metamorfose psicológica, que custou e custa ainda tantos lutos, tantas dores, tanto sangue, encontra-se em rápido desenvolvimento; e não há dúvida alguma de que uma estrofe de redenção se juntará, finalmente, à dramática epopeia que têm vivido, durante milénios, as profissões populares.

FERREIRA DE CASTRO

In Alfacinhas
de Alberto de Souza



VARREDOR



NA RIBEIRA DO PEIXE. A LAVAGEM



VARINAS



CARTEIRO



VENDEDOR DE RENDAS



VENDEDOR DE BIBLIAS



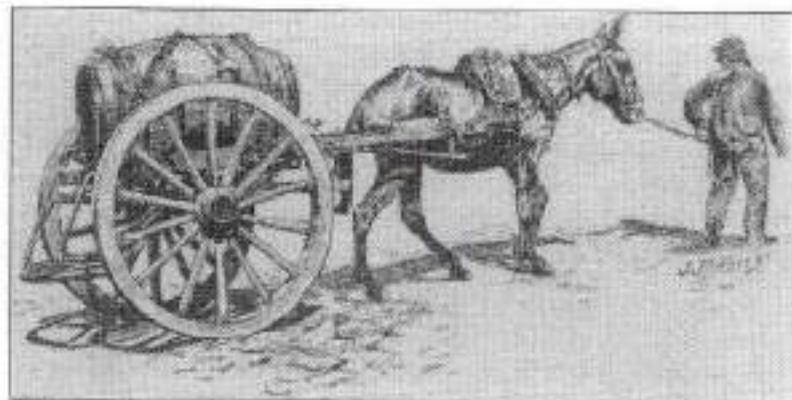
CALCETEIROS



VENDEDORA DE FLORES



VENDEDORA DE COUVE LOMBarda



CARROÇA DAS REGAS



VENDEDOR DE FIGADO DE VACA



MOÇO DE COMPRAS



CIRCO AMBULANTE

ORIGEM E DESTINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

por ANTÓNIO JOSÉ SARAIVA

Os primeiros documentos em língua portuguesa datam do século XII, e o primeiro texto propriamente literário, um cantar de amigo de Sancho I, filho do primeiro rei de Portugal, é, segundo se julga, de 1189. Mas a existência da língua portuguesa é, indubitavelmente, muito anterior à formação do Estado português.

Um historiador castelhano do século XIII, transcreve o pranto com que Afonso VI lamentou a morte de seu único filho varão na batalha de Uclés (1108): "Ay meu filho, alegria do meu coração e lume dos meus olhos..." Esta frase galega, embutida na prosa castelhana do narrador, parece mostrar que o galego era já a língua materna do avô de Afonso Henriques, criado na Galiza, como em geral o eram os reis de Leão, mais tarde imperadores das Espanhas.

Já durante a época da reconquista, quando os árabes dominavam a maior parte da Península, há uma diferença entre os falares do Noroeste – a Galiza mais a região entre o Mondego e o Douro, que viria a ser o núcleo do futuro Portugal – e os das Astúrias e Castela. Entre os dois polos onde se originaram o português e o castelhano havia uma série de falares de transição de que resta hoje o leonês. O Sul do Mondego, ou talvez ao Sul do Tejo, em território sólido e duradouramente ocupado pelos árabes, a população cristã falava uma língua latina, fortemente penetrada de arabismos e mais conservadora do que as línguas do norte, em virtude do seu isolamento, o mozárabe.

Como durante esta época os documentos eram escritos em latim, ou pseudolatim, não podemos reconstituir com perfeição a língua falada. Mas através dos erros dos escribas, para quem o latim era já uma língua difícil e que se deixavam penetrar pela língua que efectivamente falavam, transparecem características importantes dos falares locais. É assim que sabemos que certas características típicas do galego-português se encontram já em documentos pseudolatinos (chamados de latim bárbaro) do século IX da região entre o Douro e o Mondego. Deve-se esta descoberta a um linguista norueguês Leif Sletsjoe, cuja conclusão é a seguinte: "A cisão entre o espanhol e o português não é consequência da política, mas corresponde antes a uma divisão e

diferenciação que tem as suas origens no período da romanização ou que, talvez mesmo, remonta para além desta época."

Em resumo, antes da invasão romana falar-se-ia no Noroeste da Península (na Galiza e na região entre Douro e Mondego, ou porventura entre Douro e Tejo) uma língua ou uma família de línguas que eram radicalmente diferentes das que se falavam na região que depois veio a ser castelha. A pesquisa desta diferenciação levar-nos-ia até à época dos Lusitanos, mas faltam-nos para tanto os documentos indispensáveis. Na época da romanização cada um dos povos da península aprendeu o latim consoante os seus hábitos linguísticos anteriores, da mesma maneira que hoje um inglês ou um espanhol aprendem o francês à sua maneira, com o seu sotaque próprio; e, a partir daí, os referidos hábitos linguísticos foram cada vez mais alterando e diversificando o latim aprendido. Esta teoria, chamada dos "substratos", combinada com a da influência dos povos invasores sobretudo os árabes (dado que os germanos constituiram apenas uma casta militar de escassa influência cultural), é a que melhor explica a existência actual de diferentes línguas no conjunto ibérico.

Têm-se apontado como características mais antigas do galego-português em relação ao castelhano o desaparecimento do "n" e do "l" entre vogais (salir – sair; venir – vir). Esta característica galego-portuguesa também não existe em francês e em italiano, o que prova que ela provém de um substrato próprio do noroeste da Península. O desaparecimento do "n" é particularmente interessante quanto à diferença entre as duas línguas vizinhas: ao passo que a consoante nasal é sempre distinta da vogal anterior em castelhano, em português incorpora-se nela dando origem a uma série de vogais nasais ("ã", "é", "ó", "ú") que um castelhano dificilmente consegue aprender, do mesmo modo que um português tem dificuldade em articular o "n" ou o "m" em palavras como "también".

Em conjunto, o português tem um vocalismo muito mais rico do que o castelhano: doze vogais (incluindo as nasais) contra cinco; e por outro lado o castelhano é mais rico em consoantes: raramente pronunciamos o "m" e o "n"

antes de consoante ou em final de palavra, mesmo quando os escrevemos: não distinguimos actualmente (salvo em certas regiões da Beira e em Trás-os-Montes) entre o "ss" e o "ç", ou entre o "s" e o "z" entre vogais, ou entre "ch" (outrora pronunciado "tch") e "x". Não possuímos a consoante "j" castelhana.

Outra característica muito evidente é o contraste entre a preferência portuguesa pelos ditongos ditos "descendentes", como "ai", "au", "ei", "eu", "oi", "ou", "ui", incluindo os ditongos nasais mascarados pela grafia "am" e "em" (foram, dizem), em comparação com a preferência castelhana pelos ditongos ditos ascendentes, como "ie", "ue", "io". O latim "ego" dá em Português "eu" (descendente), em castelhano "yo" (ascendente). Esta característica, juntamente com a nasalização das vogais, contribui em Português para esbater a fronteira sônica entre as palavras que, por vezes, terminam como que em eco: "vêm", "têm", que na realidade se pronunciam "vâim", "tâim".

Mas talvez que sob o ponto de vista rítmico a diferença principal entre as duas línguas vizinhas seja a que resulta do acento. Em português a sílaba tónica é muito forte e domina toda a palavra de modo que as sílabas átonas ou de acento secundário se atenuam ou relaxam, ou mesmo se subentendem na pronúncia. Daqui resulta um ritmo fortemente ondeante com grande desnívelamento entre o ápice da onda e a sua base. Um estrangeiro, e em especial um espanhol que conheça o português de leitura ou de aprendizagem escolar, tem, por isso, grande dificuldade em perceber o português realmente falado. Esta característica rítmica é, aliás, mais acentuada ao Sul do Tejo que ao Norte, pelo contrário, a intensidade das sílabas em castelhano (como em francês) é muito mais igual, o que dá ao ouvido a impressão de uma sucessão quase rectilínea de monossílabos.

Em virtude destas características, o português e o castelhano são línguas não só diferentes, mas de tipo diferentes, sob o ponto de vista rítmico, muito embora estejam muito próximas quanto ao vocabulário e à gramática. Um estrangeiro que tenha aprendido o castelhano não tem grande dificuldade em ler o português escrito, mas é

absolutamente incapaz de perceber o português falado. E a inversa não é verdadeira.

Esta observação prova o seguinte: a língua ensinada pelos romanos em Castela e em Portugal – Galiza – deve ter sido muito parecida, se não igual; as mesmas palavras e a mesma estrutura gramatical ficaram num e outro lado. Mas os substratos preexistentes, que se traduziam nos ritmos, articulações, respiração e outras manifestações da afectividade, levaram a dois tipos de musicalidade linguística que se situam em dois polos opostos.

No entanto, mesmo ao nível semântico e gramatical, a diferenciação do português e do castelhano tem-se acentuado com o tempo. Por exemplo, como em todas as línguas românicas, domina hoje na linguagem corrente castelhana o chamado perfeito composto ("he llegado") (francês, "je suis arrivé"), ao passo que em português se conserva o perfeito simples directamente derivado do latim (cheguei). E entre as várias inovações do português lembramos só a que mais tem intrigado os linguistas, o chamado "infinito pessoal" que consiste-se poder conjugar nas várias pessoas do verbo a forma infinita, que por definição é inconjugável ("eu vir", "tu vires", etc.). Esta forma é uma criação já muito antiga na língua, visto que se encontra também no galego.

Ao Norte do Tejo a língua portuguesa não foi imposta por conquista ou colonização, visto que, como vimos, as populações locais, que eram cristãs (incluindo os mozárabes), falavam uma língua ou uma família de dialectos que nas suas características gerais devia ser muito semelhante do Tejo, ou pelo menos do Mondego, até à costa galega do golfo de Biscaia. Mas ao sul do Tejo falava-se, como também vimos, além do árabe, uma outra língua latina, o chamado mozárabe. No entanto esta última língua oferecia também certas características comuns ao galego-português, que a diferenciavam do castelhano. Por isso a colonização linguística resultante da ocupação galego-portuguesa não teve o carácter de um traumatismo a não ser para os núcleos árabes que ficaram e que pouco a pouco se foram assimilando. Ficou no entanto alguma coisa do substrato mozárabe, ainda hoje sensível nos falares alentejanos e algarvios que posteriormente, através de Lisboa, veio a influenciar o português no seu conjunto (ainda hoje, por exemplo "ei" se diz "é" no Alentejo e "ão", "á", em expressões como "nã quero").

Prolonga-se até ao fim do século XIV a fase galego-portuguesa da história do português. As suas características mais evidentes em relação ao português actual são a consoante nasal "om", onde hoje pronunciamos "ão" ("nom" – "não"); a distinção entre o "s" e o "z" ("coser" – "cozer", pronunciavam-se de maneira diferente) bem como entre o "ss" e o "ç" ("passo" e "paço"); a pronúncia do "ch" como "tch" ("tchave") e provavelmente a existência de vogais duplicadas ("veer" – "ver"). Por outro lado, o acento tónico coexistia com um acento secundário que recaía na sílaba pretónica, o que dava às palavras um ritmo diferente (talvez mais parecido com o do brasileiro actual); algumas vogais hoje emudecidas em consequência da intensidade com que se acentua a sílaba tónica deviam soar mais abertas, como também hoje acontece no Brasil. No começo do século XVI está já consumada a diferenciação entre o português e o galego-português, como se nota à primeira vista lendo as primeiras páginas da "Menina e Moça" de Bernardo Ribeiro, livro em que a língua falada e a língua escrita se combinam admiravelmente. Mas certas características típicas do galego-português ainda hoje se observam em algumas regiões do Minho, Trás-os-Montes e Beiras, além da própria Galiza.

O português levado para a África e América pelos navegadores e colonos é já o português moderno, mas numa fase em que provavelmente se não tinham feito sentir tão completamente como hoje os efeitos da intensidade da sílaba tónica. Daí, porventura, o ritmo típico do brasileiro, menos brusco, de vogais mais abertas, de sílabas tónicas ou secundárias articuladas com mais nitidez. Mas o português levado para o Brasil foi aprendido como língua estrangeira por uma população de vários milhões de negros que lhe imprimiram a influência dos seus próprios substratos. A história do brasileiro é fundamentalmente a da luta da língua dos portugueses contra as tendências centrifugas dos idiomas africanos (que eram vários). Certas semelhanças entre o português de Cabo Verde e o do Brasil sugerem que vários elementos de origem africana penetraram na língua, ao nível sobretudo fonético. Mas o movimento para a formação de um crioulo abortou no Brasil, ao passo que triunfou em Cabo Verde e (em parte por via de Cabo Verde) na Guiné. O crioulo de Cabo Verde está para o português como o próprio português está para o latim; é um português profundamente alterado pelo substrato a que foi imerso.

Há outros crioulos de origem portuguesa em Ceilão e noutras regiões da Ásia, em vias de extinção. Mas fala-se ainda o português em Goa, Damão, e Diu e noutras regiões da União-Indiana.

Quanto à Galiza, o idioma nativo sofreu a influência da colonização castelhana, ao mesmo tempo que perdeu o contacto com a zona portuguesa a que pertence. É hoje sobretudo uma língua rural, muito próxima do português rural de Trás-os-Montes e do Minho. Os povos de aquém e além-Minho entendem-se, falando, sem a menor dificuldade. Esta semelhança é disfarçada no plano da língua escrita pela ortografia galega, que obedece às regras castelhanas (o galego ortografa "fillo", pronunciando, como o português, "filho").

A situação actual do português é a seguinte: um pouco mais de cem milhões de falantes na Europa, na América, na África e na Ásia, isto é o terceiro lugar entre as línguas "intercontinentais", antes de francês a seguir ao castelhano, estando em primeiro lugar o inglês (o chinês escrito, o russo e o alemão são as mais importantes línguas "continentais"). Este grande conjunto linguístico tem três variedades principais: o lusitano, o brasileiro e o galego. Duas forças contraditórias actuam sobre ele: uma força diferenciadora que tende a afastar estas diversidades; uma força unificadora que tende a mantê-las unidas. A primeira manifesta-se ao nível da linguagem quotidiana, a segunda ao nível da língua escrita e estandardizada pelas "mass media". A importância do português e a sua unidade dependerá da sua função como meio de comunicação entre as diversas regiões de cultura portuguesa e do nível da sua literatura.

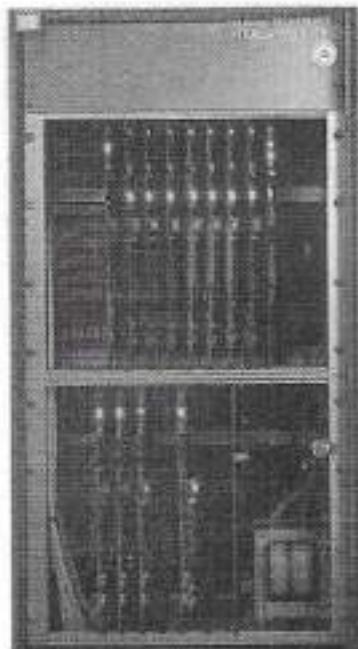
A velha língua em que Afonso Henriques aprendeu a falar, a língua dos senhores e campões da Galiza e dos guerrilheiros das Beiras, teve um destino raro e privilegiado. Foi por ela que os galego-portugueses se sentiram diferentes dos castelhanos muito antes de Afonso Henriques ter assentado a capital do reino de Portugal em Coimbra, que já o fora do estado do Conde Sessando. Quer isto dizer que há uma realidade cultural portuguesa anteriormente à fundação do Estado português, contrariamente ao que pensou Herculano, a que escapou a problemática linguística.

A.J.S.

(Transcrito das págs. 30 e 31 da revista "Vida Mundial", de 4/11/72)

INTERCONNECT

O MELHOR
SISTEMA
TELEFÓNICO
AO SEU
DISPOR



A consola de operadora
é o centro do sistema.



A GAMA INTERCONNECT 200

O interconnect 200 é constituído por uma gama de equipamentos, cobrindo de 12 a 168 portos. A característica chave desta gama é o conjunto de partes e funções de todos os produtos. Isto quer dizer que, se começar com o pequeno sistema de 12 portos, pode beneficiar das mesmas vantagens, aspectos e facilidades que os sistemas de maior capacidade. Estes factores são conseguidos sem mudar qualquer modo de utilização do sistema, não sendo portanto necessário treinar operadora e utilizadores.



MITEL

SOCIEDADE DE EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES, LDA

Gerência de Jerônimo Ferreira & Filhos

R. da Talha 42 21 Fzn - 1100 LISBOA • Telef. 348 31 07 / 348 84 40 • Fax 347 79 67



GALERIA DE RETRATOS



DAVID DE MELO LOPEZ

Notável Arabista e Professor, com quem se renovou brilhantemente em Portugal a tradição dos Estudos Árabicos.

Nasceu em Nesperal, Concelho da Sertã, em 7 de Abril de 1867 e faleceu em Lisboa, em 3 de Fevereiro de 1942.

Fez os seus estudos secundários no liceu da capital e, de 1889 a 1892, frequentou em Paris, onde o levou a influência exercida no seu espírito pela leitura de algumas obras de Herculano, a Escola de Línguas orientais e a Escola de Altos Estudos; afi criou hábitos de observação e investigação científica, nos domínios da história e da filologia. De 1892 a 1895, já de volta a Portugal, seguiu as aulas do Curso Superior de Letras e, em 1896, começou a sua carreira oficial, no Liceu de Lisboa, como professor da cadeira de francês, língua que conhecia admiravelmente e falava com rara correção. Em 1901, passou ao ensino superior, como professor da cadeira de língua e literatura francesa do mesmo Curso Superior de Letras, elevado em 1911 a Faculdade de Letras pela reforma universitária do governo provisório da República. Em 1914, David Lopes era finalmente transferido para a cadeira de Língua Árabe, criada por um decreto do ano anterior e só nessa altura incluída no orçamento da Faculdade. David Lopes foi, desde então até 1937, data em que atingiu o limite de idade, o professor da cadeira de Língua Árabe daquela escola superior. Ao grande árabista se devem trabalhos prestimosos, nos campos da filologia e da história. O período luso-marroquino, aberto em 1915, com a conquista de Ceuta, culminante um século depois com a tomada de Safim e o activo governo de Nuno Fernandes de Ataíde nesta cidade africana e encerrado na altura em que se desampararam Arzila e Alcácer-Ceguer (1550) – não tornando em linha de conta a existência precária de Mazagão até ao reinado de D. José – mereceu-lhe o melhor das suas preocupações de historiador. Senhor das fontes em que assenta a história deste período, David Lopes contribuiu grandemente para o seu mais perfeito conhecimento, publicando trabalhos rigorosamente documentados, escritos sem paixão e de forma verdadeiramente científica. Começou a série com os *Textos em aljama portuguesa* (1.ª ed. de 1897 e 2.ª de 1940), que são simultaneamente uma obra de carácter filológico e a história de um período da capitania portuguesa de

Safim. Seguiu-se a publicação dos *Anais de Arzila*, contributo na comemoração do 5.º centenário da tomada de Ceuta; em 1920, longa crónica dos fastos daquela praça entre 1508 e 1535 (que levou, em *Suplemento* até 1550, ano do despejo definitivo da praça), escrita pelo português Bernardo Rodrigues que ali vivia no tempo da dominação portuguesa. Os *Anais de Arzila* têm o mais alto valor documental e deles escreve Robert Ricard, o erudito investigador francês: "J'ai eu maintes fois l'occasion de souligner la richesse et la précision de ce texte, qui est une mine presque inépuisable pour l'histoire du Maroc septentrional pendant le premier tiers du XVI^e siècle" (*Mélanges David Lopes et*



Pierre de Cenival, Lisboa, 1945, pág. 9). Dos *Anais* tirou David Lopes a sua *História de Arzila* de 1925. Depois da publicação, com Teixeira de Carvalho, da *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, de Damião de Góis, em 1926, vieram os trabalhos relativos não já a uma única das prácias portuguesas, mas ao facto geral da nossa dominação em África: *Portugueses em Marrocos*, colaboração na *História de Portugal* do prof. Damião Peres; a *Expansão em Marrocos*, na *História da Expansão Portuguesa no Mundo*; o artigo da *Revue d'Histoire Moderne*, intitulado *Les Portugais au Maroc* (1939). David Lopes colaborou com Robert Ricard, sucessor de Pierre de Cenival, na publicação das *Sources inédites de l'histoire du Maroc*, corpus monumental de documentos de arquivo, collidos em todos os países que tiveram relações com o império marroquino desde o séc. XV-XVI, isto é, durante o governo dos xerifes sádidas e áidas ou filáidas. Obra iniciada pelo conde Henri de Castries, em 1900, e continuada, após a morte deste, por Pierre de Cenival, as *Sources* contam actualmente (1946) dois tomos relativos a Portugal. A história dos muçulmanos em

Portugal, nos primeiros tempos da nacionalidade e antes disso, dedicou David Lopes uma parte do seu trabalho *Os Árabes nas Obras de Herculano* e a colaboração dada à *História de Portugal*, já citada, com o título de *O Domínio Árabe* (vol. I, pág. 389-431). Ultimamente publicou novo trabalho: *O Cid Português: Geraldo Sempavor* (*Revista Portuguesa de História*, tomo I, 1940, pág. 93-109), no qual se põe em dia o problema da complexa personalidade, a quem já, em 1910-1911, se referia nos *Arabes nas Obras de Herculano*. Também a influência dos Portugueses no Oriente preocupou David Lopes, que deu à estampa: *Extractos da Conquista de Yaman pelos Otomanos* (1892); *Crónica dos Reis de Bisnaga* (1897); *História dos Portugueses no Malabar* (1898) e, especialmente, o valioso livro chamado *A Expansão da Língua Portuguesa no Oriente, nos séculos XVI, XVII e XVIII* (1936). Os seus trabalhos filológicos são assentes em rigorosas bases científicas e as suas conclusões podem considerar-se definitivas na maior parte dos casos. Publicou nesse campo: *Textos em Aljama Portuguesa* (1897 e 1940); *Toponímia Árabe de Portugal* (na *Revue Hispanique*, vol. IX); *Trois faits de phonétique historique arabico-hispanique* (nas actas do XIV Congresso Internacional dos Orientalistas, III, 1906); *Cousas árabe-portuguesas* (no *Boletim da 2.ª Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, X, 1917); *Os Árabes nas Obras de Alexandre Herculano* (no mesmo *Boletim*, III e IV, 1910-1911); *Alguns vocábulos árabe-portugueses de natureza religiosa, étnica e lexicológica* (na *Revista da Universidade de Coimbra*, XI, 1930); *Cousas luso-marroquinas – Notas filológicas sobre particularidades vocabulares do português das prácias de África* (no *Boletim de Filologia*, 1941). Mereceram, finalmente a atenção de David Lopes outros e variados assuntos, entre os quais a numismática e a epigrafia árabes, de que deixou trabalhos no *Arqueólogo Português*, vol. I e II. No final da vida, o ilustre árabista preparava a publicação de uma obra de grande envergadura, que a morte o não deixou realizar: *Os Árabes na Língua e na História de Portugal*. David Lopes era sócio efectivo da Academia das Ciências de Lisboa desde 1915, e académico titular fundador da Academia Portuguesa da História. Tinha, além desses, outros títulos académicos, como o de sócio estrangeiro da Academia Árabe de Damasco.

O AUTOMOBILISMO

O automobilismo no Século XIX só apareceu nos últimos anos do século.

Mas apareceu exitante e... quase que a medo. A própria alfândega, ao tempo, duvidava em que categoria da pauta deveria incluir os carros que começavam a aparecer, se nos velocípedes, se nas máquinas a vapor.

O público olhava com ironia o novo meio de transporte ruidoso e fumarento que obrigava a vestimentas próprias, casacos de pele, boinas e polainas. As senhoras não faltavam os grandes véus, as compridas, "écharpes", para segurarem os largos chapéus nas "virtiginosas" corridas de... vinte e cinco quilômetros à hora.

Quando pelas ruas da cidade passava um destes raríssimos meios de transporte, a multidão corria para ver... e sorria.

Em 1896 fez furor uma "maquineta" de Jorge de Castilho, passeando com o seu amigo, o Barão da Areia Larga.

Os cocheiros, do alto da boleia sorriam também sobraneiros mal imaginando o inimigo que ali estava e, quando alguma dessas "invenções" se atrevia a seguir o mesmo caminho da "tipoia", o chicote estalava alto, os cavalos bem dirigidos por não segura, passavam por ela e deixavam-na bem para trás, com o seu fumo, as suas descargas de motor e os seus ocupantes de grandes óculos, as suas "paras", e os seus "furos".

As gravuras que acompanham o presente artigo são modelos desses antepassados do automóvel.

A "linha" foi melhorando com o andar dos tempos e quando o Infante D. Afonso, nos começos do século actual, gritava aos lisboetas os seus populares "aredas" enquanto guiava o automóvel, o progresso tinha sido imenso.

Todavia, ainda por muito tempo, o povo se manteve alheio não só porque o custo dos carros estava, como ainda hoje, reservado aos ricos, como também para ele não havia coisa alguma que se comparasse a uma boa parelha, arrastando um carro cômodo e elegante, guiado por "mãos de rédea" que em Lisboa existiam das melhores entre as melhores.

(Francisco Cancio - Aspectos de Lisboa Séc. XIX - 1939)



Carruagem Panhard, com motor Daimler



Break de seis lugares marca Peugeot



Panhard-Levassor

Vencedor da corrida Paris-Bordeus

A PRESENÇA PORTUGUESA NO MUNDO

(Arquivo Iconográfico)

Neste espaço publicaremos em cada número do nosso Boletim ilustrações de um monumento, de um edifício, de uma fortaleza, de mapas de cidades ou povoações espalhadas pelo Mundo e a que estão ligados os Portugueses.



Igreja de Ourém - Dist. de Goa - Índia Portuguesa - c. 1955



Mosteiro dos Carmelitas em Goa - Índia Portuguesa - c. 1955



As Virtudes de Sempre As Vantagens do Futuro

A Caixa Geral de Depósitos, criada pela Carta de Lei de 10 de Abril de 1876, nasceu com uma vocação exclusivamente centrada no âmbito do Estado, tendo como função principal a recolha e administração dos depósitos efectuados por imposição da lei ou dos tribunais; cresceu como um banco de poupança e investimentos ligado à política económica, continuando a recolher os depósitos públicos ou determinados pelo Estado, bem como a poupança privada, e chegou aos nossos dias com uma posição de grande destaque no conjunto das instituições de crédito portuguesas, já não dependendo dos depósitos públicos, actuando como um banco universal e sendo a matriz do maior grupo financeiro português...

Preâmbulo do Decreto-Lei nº 287/93, de 20 de Agosto.

Merceu a confiança de gerações de Portugueses; tornou-se uma Instituição sólida, plenamente concorrencial e de referência no mercado financeiro português; adquiriu uma dimensão que lhe permitiu a expansão além fronteiras.

Hoje com novo estatuto, a Caixa Geral de Depósitos, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, inicia uma nova etapa da sua história empenhada em salvaguardar os seus valores permanentes - a segurança, o equilíbrio e o rigor - e determinada a continuar a servir os Portugueses, a crescer com elevada capacidade competitiva, preparando-se para novos desafios no permanente apoio à modernização da economia nacional.

Fechou-se um ciclo; outro se abre. A CGD continuará as virtudes do passado e saberá aproveitar as vantagens do futuro.



**CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.
Conte Connosco**